



Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrado em Docência e Gestão da Educação

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM INCAPACIDADES MOTORAS NO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL: Um estudo de caso na Universidade Federal do Mato Grosso.

Universidade Fernando Pessoa,
Porto, 2018

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Celise Toledo Jesuita Zaffari

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM INCAPACIDADES MOTORAS NO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL: Um estudo de caso na Universidade Federal do Mato Grosso.

Universidade Fernando Pessoa,
Porto, 2018

Celise Toledo Jesuita Zaffari

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM INCAPACIDADES MOTORAS NO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL: Um estudo de caso na Universidade Federal do Mato Grosso.

Assinatura: _____

Dissertação apresentada à Universidade Fernando
Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Mestre em Ciências da Educação –
Docência e Gestão da Educação, sob orientação da
Professora Doutora Fátima Coelho.

Universidade Fernando Pessoa,
Porto 2018

RESUMO

A presente investigação trata-se de um estudo de caso, com foco na UFMT- Universidade Federal do Mato Grosso e tem como objetivo geral analisar a aplicação da Legislação de Inclusão na Educação Superior e como objetivos específicos: Descrever as práticas inclusivas no ensino superior público no Brasil; Identificar a legislação e normativas no Brasil referentes a inclusão social e Identificar aspectos mais significativos entre o afastamento da teoria e da prática de inclusão e as maiores dificuldades a partir da visão dos Inquiridos .

Utilizou-se para a coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas, ao qual responderam oito participantes , todos com funções de relevo na Universidade. Concluiu-se que a inclusão do aluno com NEE, tem sido um desafio para a universidade, nomeadamente através da existência de adaptações para atender as necessidades motoras. Setenta e Cinco por cento dos inquiridos, demonstraram perceber os resultados das adaptações feitas, afirmando que ficam evidentes as adaptações realizadas na Universidade, que contemplam as rampas, os elevadores adaptados, as sinalizações. Ressalta-se a importância da legislação para garantir um dos direitos sociais fundamentais, contribuindo para o exercício da cidadania com a inserção dos alunos com necessidades especiais. Segundo os inquiridos ao governo cabe emanar leis, liberar o orçamento para a implementação das adaptações e melhorias e à universidade oportunizar a educação sem qualquer barreira que leve ao constrangimento e impedimento do aluno. Setenta e Cinco acreditam parcialmente que a universidade esteja preparada para atender a todas as deficiências , vinte e cinco por cento dos inquiridos não acreditam. Existe uma imprecisão em relação aos dados sobre a quantidade de alunos de inclusão, no entanto concluímos que se situam entre cento e trinta e cinco e cento e quarenta e quatro. Quanto à existência de formação a maior parte dos participantes considera não haver especificamente.

Palavras-Chave: Inclusão na Universidade. Incapacidade Motora. Educação Inclusiva

ABSTRACT

The present research is a case study, focusing on UFMT - Federal University of Mato Grosso and has as general objective to analyze the application of Legislation of Inclusion in Higher Education and as specific objectives: Describe inclusive practices in public higher education in Brazil; Identify the legislation and regulations in Brazil regarding social inclusion and Identify more significant aspects between the removal of the theory and practice of inclusion and the greater difficulties from the view of the Respondents.

A questionnaire with open and closed questions was used for the data collection, to which were answered 8 participants, all with important functions at the University. It was concluded that the inclusion of the student with SEN, has been a challenge for the university, namely through the existence of adaptations to meet the motor needs. Seventy-five percent (75%) of the respondents showed that they understood the results of the adaptations made, stating that the adaptations made at the University, which include ramps, adapted elevators and signs, are evident. It is important to emphasize the importance of legislation to guarantee one of the fundamental social rights, contributing to the exercise of citizenship with the inclusion of students with special needs. According to the respondents to the government, it is incumbent to emanate laws, liberate the budget for the implementation of the adaptations and improvements and the university to provide education without any barrier that leads to the embarrassment and impediment of the student. Seventy-five (75%) partially believe that the university is prepared to meet all the deficiencies, twenty-five percent (25%) of the respondents do not believe. There is an inaccuracy with regard to the data on the number of inclusion students, however we conclude that they are between 135 and 144. Regarding the existence of training, most participants consider that there is no specific.

Keywords: Inclusion in the University. Motor incapacity. Inclusive education

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Ana Maria por tudo o que sempre fez e faz por mim, ao meu pai Nilo que se estivesse presente se sentiria engrandecido e ao meu esposo Diego, cujo carinho, atenção e conselhos me incentivaram a acreditar na realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder diariamente o coração que pulsa, o oxigênio que respiro, o solo em que caminho, a inteligência que me faz perceber o infinito e as minhas limitações, e milhões de outros itens para que eu exista protegida pela luz divina que ilumina minha vida.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Doutora Fátima Coelho pela sua compreensão, ensinamento e sabedoria em me conduzir na construção desse trabalho. O meu muito obrigada!

Agradeço a minha querida e amada mãe Ana Maria, por toda dedicação e por não ter medido esforços para minha formação escolar, ética, moral e profissional. É o meu alicerce.

Ao meu esposo Diego que esteve sempre ao meu lado, agradeço pelo amor, paciência, companheirismo e pelas palavras de encorajamento nos momentos difíceis.

INDÍCE GERAL

RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
DEDICATÓRIA.....	VIII
AGRADECIMENTOS	IX
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XV
INTRODUÇÃO.....	- 1 -
1.1 Contextualização e Pressupostos da Investigação	- 1 -
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	- 5 -
CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CONTEXTO SOCIAL.....	- 6 -
1.1 A legislação de Inclusão da Educação no Brasil	- 6 -
1.2 Reflexões sobre a inclusão de alunos com incapacidade motora	- 9 -
1.3 A diversidade e o cotidiano acadêmico	- 11 -
CAPITULO II: INCLUIR SEM EXCLUIR NA UNIVERSIDADE	- 13 -
2.1 Conceito de incapacidades	- 13 -
2.2 Incapacidades Motoras	- 15 -
2.3 Atendimentos a alunos com incapacidades no Ensino Superior	- 18 -
2.4 A Cultura de Inclusão na Universidade	- 19 -
2.5 A gestão universitária na Perspectiva Inclusiva	- 25 -
2.6 O “olhar” da Universidade para a inclusão.	- 26 -
PARTE II – PESQUISA EMPÍRICA.....	- 27 -
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	- 28 -
3.1 Metodologia da Investigação.....	- 28 -
3.2 Estudo de Caso	- 30 -
3.3 Objetivos.....	- 31 -
3.4 Participantes	- 31 -
3.5 Os Instrumentos e Procedimentos	- 34 -
CAPÍTULO IV: ANÁLISE INTEGRADA DE DADOS	- 37 -
CAPÍTULO V- PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO	- 47 -

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	- 48 -
REFERÊNCIAS	- 51 -
ANEXOS	- 55 -
ANEXO 01 – SOLICITAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO	- 55 -
ANEXO 02 - QUESTIONÁRIO	- 56 -
ANEXO 03 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	- 60 -
ANEXO 04 – FOTOGRAFIAS DA UNIVERSIDADE	- 62 -

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fachada da Universidade Federal do Mato Grosso	- 20 -
Figura 02: Centros de Pesquisa	- 21 -
Figura 03: Área Externa da Universidade Federal do Mato Grosso.....	- 21 -
Figura 04: Biblioteca da Universidade Federal do Mato Grosso	- 22 -
Figura 05: Campus da Universidade Federal do Mato Grosso.....	- 23 -
Figura 06: Rampa para acessibilidade	- 24 -
Figura 07: Adaptação no Estacionamento	- 24 -
Figura 08: Adaptação na área de esportes	- 24 -
Figura 09: Pesquisa Qualitativa.....	- 30 -
Figura 10: Coleta de Dados	- 35 -

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Caracterização por Idade	- 32 -
Gráfico 02: Caracterização por Género	- 32 -
Gráfico 03: Caracterização por Estado Civil	- 33 -
Gráfico 04: Caracterização por profissão	- 33 -
Gráfico 05: Caracterização por tempo de profissão	- 34 -
Gráfico 06: Estrutura física da Universidade	- 37 -
Gráfico 07: Resultado com a adaptação desses espaços	- 38 -
Gráfico 08: Informação sobre as incapacidades dos alunos	- 41 -
Gráfico 09: Preparação da Universidade para a receção de alunos com incapacidades.....	- 42 -
-	
Gráfico 10: Formação continuada para os professores/coordenadores proporcionada pela universidade.....	- 44 -
Gráfico 11: Preparação dos profissionais para atender a demanda da Inclusão	- 45 -

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: As adaptações realizadas pela Universidade	- 38 -
Tabela 02: Documentos legais.....	- 39 -
Tabela 03: Para se tornar uma Universidade Inclusiva	- 40 -
Tabela 04: Forma de apresentação da informação	- 41 -
Tabela 05: Alunos de inclusão existentes na Universidade.....	- 43 -
Tabela 06: Sobre a formação continuada dos professores/coordenadores	- 44 -

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CF	Constituição Federal
Cf.	Confere
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
DL	Decreto Lei
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Inclusiva
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEE	Núcleo de Inclusão
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Direitos da Pessoa com Deficiência
SARI	Secretaria de Articulação e Relações Institucionais
SECOMM	Secretaria de Comunicação e Mídias
SECRI	Secretaria de Relações Internacionais
SETEC	Secretaria de Tecnologias Educacionais
SETEC	Secretaria de Tecnologia Educacional
STI	Secretaria da Informação e Comunicação Aplicada à Educação
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SINFRA	Secretaria de Infraestrutura
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso

INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Pressupostos da Investigação

Este trabalho, intitulado: “*A Inclusão de Alunos com Incapacidades Motoras no Ensino Superior no Brasil: Um estudo de caso na Universidade Federal do Mato Grosso*”, procura analisar a aplicação da Legislação de Inclusão na Educação Superior com a prática na Universidade Federal de Mato Grosso.

A discussão sobre educação inclusiva na Universidade, envolve as políticas públicas para uma inclusão sem a exclusão. Debater e refletir acerca da acessibilidade, da organização curricular e das melhorias de vida do aluno com necessidades especiais, têm sido um desafio para Educação Superior, mesmo porque esse tema envolve pessoas que tem sido excluídos pela sociedade ao longo dos anos.

A busca pela formação superior tem sido grande para as pessoas com limitações motoras, e é nesse viés que a investigação irá se pautar. Definiu-se como objetivo geral analisar a aplicação da Legislação de Inclusão na Educação Superior, e como objetivos específicos: Descrever as práticas inclusivas no ensino superior público no Brasil; Identificar a legislação e normativas no Brasil referentes a inclusão social; Identificar aspectos mais significativos entre o afastamento da teoria e da prática de inclusão e as maiores dificuldades a partir da visão dos Inquiridos

Este trabalho contou com a participação da Reitora da Universidade e do Diretor Pedagógico da Universidade Federal do Mato Grosso, que viabilizou todas as informações que foram necessárias para a sua efetivação.

Em relação a Inclusão na Educação de Alunos com Necessidades Especiais, há legislação a nível mundial sobre a Inclusão Social, conforme preceitua a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, num relatório de 1996 para a UNESCO, assim como a Declaração de Princípios de Salamanca (1994) em que, a Escola foi responsabilizada pela transformação no sentido da diferenciação pedagógica e curricular, assumindo o desafio de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada

na criança, susceptível de educar com sucesso todas as crianças incluindo as que apresentam graves incapacidades (Unesco, 1994:17).

O percurso da Inclusão vem sendo desenvolvido e implementado ao longo das últimas décadas, porém, no que diz respeito a inclusão nos Cursos Superiores, esses não tem sido trabalhado e cada vez mais, esses alunos com necessidades especiais, tem buscado uma formação continuada para a sua inclusão no mercado de trabalho. Nesse viés interpretativo, Alcoba (2008, p.2), vem postular que

Como as iniciativas para a inclusão de alunos com deficiência nos cursos de nível superior ainda são muito recentes, é natural que encontremos obstáculos de todo tipo. Porém, grande parte da literatura sobre o tema destaca as barreiras atitudinais e pedagógicas encontradas na interação com os docentes, apontando-as como um obstáculo mais importante para a inclusão dos alunos com deficiência do que as barreiras físicas.

Em consonância com o discurso da autora, o que tem mais sido discutido no âmbito da Educação Inclusiva é a implementação de políticas públicas que venham contribuir com a acessibilidade dos alunos com Necessidades Especiais, em especial àqueles que necessitam de adaptações para sua locomoção. O mesmo autor refere ainda que

Defender diferenciações somente para os estudantes com deficiência, embora exigidas e apoiadas pela legislação, fazendo desses alunos uma exceção, pode fragilizar a sua causa. Seria melhor considerar que o princípio da diferença, aqui utilizado para embasar o direito dos alunos com limitações físicas, deva ser aplicado a todo o conjunto de alunos. Existem outras discussões e propostas na universidade que podem ser aproveitadas e incentivadas, porque podem contribuir para a configuração de um ambiente mais inclusivo para as pessoas com deficiência (Alcoba, 2008,p.9).

Observa-se que conforme os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas. Em decorrência disto, este projeto propõe uma análise entre legislação brasileira e portuguesa referentes a Educação Inclusiva para a verificação de sua aplicação e eficácia, uma vez que todos têm o direito de acesso à educação.

Esta pesquisa começou com a seguinte indagação: “É possível identificarmos a aplicação da Legislação de Inclusão no Ensino Superior em uma Universidade Federal?”,

Para tanto, buscou-se analisar a aplicação da Legislação de Inclusão na Educação Superior com a prática na Universidade Federal de Mato Grosso. E, como objetivos específicos: descrever as práticas inclusivas no ensino superior público no Brasil; identificar a legislação e normativas no Brasil referentes a inclusão social; identificar aspectos mais significativos entre o afastamento da teoria e da prática; identificar se há dificuldades entre a teoria e a prática de inclusão a partir da visão dos docentes.

A escolha deste tema, se deve ao número significativo de pessoas com incapacidades motoras que buscam cada vez mais se capacitar intelectualmente para se projetar no mercado de trabalho.

Acreditamos que se poderão beneficiar todos os portadores de incapacidades físicas que pretendem cursar o nível superior, bem como todos os profissionais que buscam formação continuada na temática da Inclusão na Educação.

Esta investigação se trata de um Estudo de Caso, que permitirá confrontar a fundamentação teórica com a realidade do tema pesquisado, (Charoux, 2006). O autor ainda complementa que

O Estudo de Caso visa à descoberta de novos aspectos, dimensões ou elementos, ligados a um fato relevante, retratando uma situação real de maneira completa. Ele permite que os dados sejam apresentados de maneira variada, tais como esquema, gráficos, opiniões, fotos, resultados de debates, e sua descrição e apresentação devem ser autorizadas (Charoux, 2006, p.40).

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro, busca discorrer sobre o contexto social da Educação Inclusiva, o capítulo 2 teve como foco teórico o incluir sem excluir na Universidade, na qual mostraremos a cultura da inclusão na universidade, no

capítulo 3 demonstraremos a metodologia aplicada em nossa investigação e no capítulo 4, analisamos e discutimos todos os dados recolhidos na pesquisa empírica, e por último, apresenta-se a conclusão, juntamente com as sugestões futuras de investigação.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CONTEXTO SOCIAL

1.1 A legislação de Inclusão da Educação no Brasil

A inclusão escolar está intimamente ligada a sociedade democrática que estão pautadas no “mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular” (Arantes, 2006, p.16).

Nesse viés, o direito à educação para todos não se limita apenas ao cumprimento da lei e sim a aplicação dela às situações inerentes de discriminação. A nossa Carta Magna, a Constituição Brasileira de 1988; diz que todos são iguais perante a lei; que deve haver atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; que todos devem ter acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; que a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público. Como postula os art. 205 e 208, da CF:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Presidência da República, 1998).

É possível percebermos que o art. 205 da Constituição Federal de 1988, contempla o direito à educação e o art. 208, vem assegurar em seu inciso III, o atendimento especializado para os portadores de deficiências.

Além da Constituição, uma das leis que orientam e asseguram a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que abriu depois da década de 90 discussões referentes a educação das pessoas com necessidades especiais na qual foi possível identificarmos alguma consistência no âmbito da inclusão, onde a

LDB/96 vem instituir que o educando terá direito a professores especializados, educação voltada para prática profissional e sua integração na sociedade, além de recursos didáticos de acordo com suas necessidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 refere-se à inclusão, estabelecendo que a pessoa com deficiência seja atendida conforme sua necessidade, adaptando o ensino às condições e limitações do aluno. Ainda neste contexto, possibilita não só o acesso à educação, mas também a permanência deste na educação superior. Nesse ínterim, os artigos 58 e 59 vem complementar que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades;

- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados;

- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

- IV – educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Ministério da Educação, 1996).

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nos artigos 58, 59 e 60, prevê o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino. E

Nesse cenário, a Inclusão de alunos com deficiência na educação representa um grande avanço na legislação brasileira de inclusão, e no campo da Universidade temos no decreto legislativo nº 3.298 de 1999, a seguinte complementação: “as instituições de

ensino superior devem assegurar, aos estudantes com deficiência que fizerem solicitação prévia, adaptações de provas e apoios necessários, inclusive tempo adicional para a realização das provas”. E, ainda na ABNT NBR 9050 de 2004, a acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários e equipamento por qualquer pessoa.

Percebemos que a inclusão no ensino superior é uma realidade para muitos estudantes de diferentes classes sociais, porém as Universidades têm que se adequarem as transformações que as legislações propõem para a efetivação da Inclusão, e a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, vem estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Nesse viés, a lei vem estabelecer

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) Barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI - ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Ministério da Educação, 2000).

É notório o valor desse decreto, uma vez que ele estabelece critérios para a promoção da acessibilidade para os deficientes com a mobilidade reduzida, e esse decreto de 2000, juntamente com o Decreto Legislativo nº 5.296 de 2004, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, contriuiu muito com a acessibilidade em todas as instituições de Ensino Superior, na qual se tornou critério de avaliação do MEC- Ministério da Educação do Brasil.

No que tange a Inclusão no Ensino Superior, o Decreto Legislativo nº 186 de 2008, reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação, devendo ser assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, o que inclui o Ensino Superior, complementando a Portaria 3.284 de 07 de novembro de 2003, que estabelece as condições básicas para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior.

A promulgação da Lei 13.146 de 2015, que estabeleceu a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), as PCD's do Brasil passaram a contar com um instrumento destinado a "...a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".(Presidência da República, 2015).

1.2 Reflexões sobre a inclusão de alunos com incapacidade motora

A palavra "inclusão" tem um significado complexo, utilizado em diferentes contextos, em referência a questões sociais variadas (Pacievitch, 2012). E um dos conceitos que é recorrente na educação é a "Educação Inclusiva" que segundo Pacheco (2007):

O termo "educação inclusiva" cobre variadas tentativas de atender à diversidade total das necessidades educacionais dos alunos nas escolas de um bairro. Há uma considerável variedade

no modo como as pessoas definem esse fenômeno. No final do espectro, uma escola ou um sistema escolar aceita todos os alunos nas escolas integradoras, independentemente do fato se encontrarem nas que são integradoras ou em turmas especiais (Pacheco, 2007, p.14).

Geralmente corresponde à inserção social de pessoas que experimentam algum tipo de exclusão, condição social, cultural, gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, língua por possuir algum tipo de deficiência, dentre outros fatores.

A Inclusão é um instrumento de mobilização para a reflexão das práticas de ensino, como afirma Jung (2012, p.05):

Um currículo estanque, aplicado de maneira rígida, sem a necessária reflexão, resulta, obviamente num potente recurso de exclusão social, pois não permite espaço para discussões que levem a adaptações curriculares, necessárias para o atendimento à diversidade, presente na sala de aula. Infelizmente, o currículo ainda tem sido entendido e aplicado de acordo com a perspectiva de que o ensino regular possui um padrão de exigências de aprendizagem, que todo aluno deve aprender, a fim de obter sucesso na escola. Esta visão encontra-se arraigada no fato de que há áreas de 422 conhecimento ou conteúdos pré-determinados, que, se aprendidos com eficácia, resultam em uma formação plena para a vida.

A inclusão para que se efetive não basta apenas uma adaptação curricular, muito menos propor projetos, sem de fato adaptarem os espaços para que todos, inclusive aqueles com incapacidade motora, possa se sentir incluídos e terem o acesso que as legislações inclusivas propõem. Nessa linha, a Convenção das Nações Unidas (ONU), define em seu artigo 1º, os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

Nesse sentido, em consonância com o preâmbulo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a interação com as diversas barreiras sejam elas físicas ou técnicas de natureza intelectual, poderão dificultar o aprendizado do aluno com necessidades especiais. Assim,

Ao mesmo tempo em que reconhecemos que os alunos têm muitas características em comum, também reconhecemos que cada um é único e apresenta necessidades de aprendizagem específicas. Os alunos têm diferentes estilos de aprendizagem, ritmos, talentos e preferências de aprendizagem. A escola inclusiva aceita esse ponto de vista. Ela celebra a diversidade, responde à heterogeneidade, valoriza as diferenças e elogia a autonomia. A classe inclusiva é o fórum para atender às várias necessidades de todos os alunos (Pacheco, 2007, p.114).

Com isso, percebemos que a escola inclusiva não deve apenas oferecer diferentes estilos de aprendizado, mas também ações que possam prever a remoção de barreiras arquitetônicas, facilitando assim a inclusão de estudantes com mobilidade reduzida. As universidades têm tornado essas modificações uma realidade, na qual vem sendo nos últimos 10 anos, ampliado significativamente o que tem melhorado a vida dos alunos com necessidades especiais.

1.3 A diversidade e o cotidiano acadêmico

No nível superior ainda se torna necessária a inclusão, pois há muitos desafios a enfrentar para atingir a educação para todos conforme foi postulado pela nossa carta Magna, a Constituição Federal de 1988. No campo educacional Vitta (2010), nos mostra que:

Para que o processo de inclusão ocorra, há necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do professor, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar. A predisposição dos professores em relação à integração dos alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se estes problemas forem graves e tenham caráter permanente, é um fator extremamente condicionante dos resultados obtidos. Por isso, uma atitude positiva já constitui um primeiro passo importante, que facilita a educação destes alunos na escola integradora (Vitta, 2010, p. 425).

É de grande importância proporcionar aos profissionais ligados à educação (não só os docentes, mas todos os educadores), conhecer, preparar-se e qualificar-se para atender de forma satisfatória as distintas demandas que chegam à sala de aula. Não obstante, Mantoan *et al* ainda complementa que “os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades especiais não podem ser de domínio apenas de alguns

“especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos (Mantoan, 2006, p.58).

E no âmbito da sala de aula, a autora ainda postula que

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (Mantoan, 2006, p.57).

Ademais, a construção das competências e habilidades dos profissionais da educação vem responder as necessidades educacionais, principalmente na última década, na qual dialogam com a necessidade social e histórica de inclusão nas práticas pedagógicas e na modificação da estrutura física das instituições de ensino, de forma a contribuir com o acesso de alunos com deficiências, principalmente aqueles com dificuldade motora. E esses dois aspectos o que envolver a prática pedagógica e a de estruturação física, vem contribuir e muito com o desenvolvimento do aluno.

Observa-se que a inclusão traz benefícios bilaterais, uma vez que desenvolve não só o aluno especial através da elevação de sua autoestima desenvolvendo seu potencial pleno, como também desafia os colegas a vencerem o preconceito, além de fazer com que os docentes reflitam sobre as práticas educacionais tradicionais, levando-os à reinvenção da educação tradicional.

CAPITULO II: INCLUIR SEM EXCLUIR NA UNIVERSIDADE

2.1 Conceito de incapacidades

O conceito de incapacidades está relacionado às restrições impostas às pessoas que tem alguma diferença nas habilidades corporais. Na história Antiga e Medieval as pessoas que nascessem com algum tipo de deficiência eram eliminadas do meio ou excluídas.

No final do século XV, a questão das pessoas com deficiência estava completamente integrada ao contexto de pobreza e marginalidade em que se encontrava grande parte da população, não só os deficientes. É claro que exemplos de caridade e solidariedade para com eles também existiram durante a Idade Média, mas as referências gerais desta época situam pessoas com deformidades físicas, sensoriais ou mentais na camada de excluídos, pobres, enfermos ou mendigos (Silva, 1987 cit in Jucá, 2015, p.2).

O conceito de deficiência / incapacidade trazidos pela idade média, foi sendo desmistificado e com isso, percebemos que nas últimas décadas, a sociedade foi evoluindo tornando-se mais humanitária e percebendo que as pessoas com algum tipo de limitação (motora, física ou intelectual), não deveriam ser excluídas, pelo contrário, a inclusão delas traz o desenvolvimento de potenciais até então desconhecidos por elas mesmas.

O papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático. É preciso que o estado assuma uma dívida histórica com a educação da pessoa com deficiência. Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes (Dias et al.,2009, p.30).

Nesse viés, a sociedade vem tomando um papel de cuidado com o “outro”, buscando incluir sem excluir, que segundo Jucá (2015):

A assistência e a qualidade do tratamento dado não só para pessoas com deficiência como para população em geral tiveram um substancial avanço ao longo do século XX. No caso das pessoas com deficiência, o contato direto com elevados contingentes de indivíduos com sequelas de guerra exigiu uma gama variada de medidas. A atenção às crianças com deficiência também aumentou, com o desenvolvimento de especialidades e programas de reabilitação específicos (Jucá, 2015, p.3).

E, além dos programas de reabilitação, os Direitos Humanos no início do século XXI, propõe uma vida comunitária na qual a sociedade possa se organizar e disponibilizar a todos uma educação de qualidade e inclusiva, cultura, trabalho, saúde, dentre outros direitos que terão como pano de fundo a “igualdade pela diferença”.Essas conquistas foram colocadas e estão na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU (Jucá, 2015)

Esta significativa melhoria de vida não veio apenas pela “aceitação e humanização” da sociedade, mas também pela criação dos direitos humanos, além do atendimento e avanço da medicina. É claro que este foi e ainda é um processo lento, pois mesmo nos dias atuais ainda há discriminações e tentativas de exclusão. De acordo com as autoras Maria Elisa Caputo Ferreira e Marly Guimarães, no livro “Educação Inclusiva”:

Os termos utilizados com referência às pessoas com deficiências são vários, a partir de dados fornecidos pela Unesco: ...inválido, *minusválido*, deficiente, *déficient*,*handicapé*, anormal, *handicapped person*, *disabled person*, *unusual person*, *special people*, descapacitado, indivíduo de capacidade reduzida, indivíduo de capacidade limitada, incapacitado, impedido ou minorado... O que apresenta anomalia, deficiência, déficit, invalidez, atraso, *inadaptación*, transtorno e dificuldade, *anomalie*, *déficience*, *infirmité*, *arriération*, perturbation, trouble, *désordre e difficulté*, *abnormality*, *atypically*, *impairment*, *retardation*, *disturbance*, *maladjustment e difficult* (Ferreira & Guimarães, 2008, p. 24).

Alves (1998) nos diz que:

O erro da natureza não pode ser escondido: ele está visível, evidente a todos os que têm olhos. O seu corpo é diferente dos corpos “normais”, não é da forma como deveria ter nascido, pertence ao conjunto daqueles que “fugiram da norma”, que são “a-normais”. São então classificados como pessoas “portadoras de uma deficiência”. “Deficiência” vem do latim,

deficiens, de *deficere*, que quer dizer “ter uma falha”. De *de+facere*, “fazer”. Aquele que não consegue fazer. Um corpo imperfeito, erro da natureza (Ferreira & Guimarães , 2008, p. 24).

No Brasil considera “pessoa com deficiência física” qualquer pessoa que se enquadre na definição do Decreto nº 5.296 de 2004:

Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros co-deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Presidência da República, 2004).

Observamos que o termo deficiência é costumeiramente descrito como incapacidade ou impedimento, trazendo uma visão quase sempre equivocada sobre as pessoas inseridas neste conceito, já que leva ao desconhecimento de suas potencialidades, o que reforça a crença na incapacidade. Nesta ótica, Ferreira & Guimarães (2008, p.28) ressalta que:

quando, em consequência de algum mal, o ser humano é vítima de um certo impedimento de ordem física, por exemplo, temos a instalação de uma deficiência. Essa deficiência poderá levar ou não a uma incapacidade, ou seja, a uma situação de desvantagem, de inferioridade.

Nesse viés, temos também a sigla PCD - que significada Pessoa Com Deficiência – que foi adotada a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas, em 2006 para se referir às pessoas que possuem limitações permanentes (pessoas com deficiência visual, auditiva, física ou intelectual).(Decreto 186/2008).

2.2 Incapacidades Motoras

A deficiência motora seja ela de caráter congênito ou adquirido por situação adversa, faz com que o indivíduo tenha dificuldades de mobilidade em seu cotidiano. E se tratando desse deficiente sendo estudante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

deixa clara a importância da inclusão dos deficientes físicos, como foi visto anteriormente pelo art. 59.

Ainda, sobre conceituar a deficiência física o decreto nº 3.298 de 1999 (Presidência da República, 1999) da legislação brasileira, vem elucidar sobre as dúvidas que surgem sobre a deficiência:

Art. 4o: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Presidência da República, 2004).

Em consonância com o art.4, na Educação só poderemos discorrer sobre a inclusão e implementação de políticas públicas, se houver conhecimento acerca das múltiplas realidades inclusivas. Para tanto, se faz necessário o aprofundamento do conhecimento sobre a deficiência física para então, propor mudanças necessárias na estrutura física da Universidade e nos recursos pedagógicos que possam atender a todos os alunos com dificuldade de mobilidade.

Percebemos que a maioria dos prédios universitários não apresentam acessibilidade, muitos por serem antigos e para completar Schirmer et al.(2007), postula que há ainda muita dificuldade em conseguir arquitetos e engenheiros que compreendam de fato todas as necessidades de uma pessoa com deficiência motora, para propor adaptações nos espaços escolares.

E é nesse campo que se mostra a nossa preocupação, uma vez que a ausência dessas adaptações no cenário físico da Universidade, pode acarretar dificuldades que possivelmente levarão o aluno com deficiência motora a desistir de continuar os estudos. Dischinger e Machado (2007),vem complementar que

Acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.) (Disching e Machado,2007.p.106).

Possibilitar ao aluno com dificuldades motora o conforto e a sua independência no espaço acadêmica, contribui não só com a possibilidade de tê-lo na instituição, como efetiva de fato, a proposta de uma inclusão real.

O espaço acadêmico seja ele físico ou didático, é sem sombra de dúvida um lugar no qual todos, perante a Constituição Federal, sejam de fato incluídos, uma vez que o espaço acadêmica é o local de socialização e aprendizagem. Nesse liame, Mantoan (2006) ainda complementa que

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são os alunos que não vêm o ensino especial, mas possivelmente acabarão nele! (Mantoan, 2006, p. 24).

Com isso, é notório entendermos o papel que as instituições acadêmicas desenvolvem e a importância que se tem em incluir sem excluir. A própria constituição Federal de 1988, preconiza em seu art.5 que as pessoas com deficiência e ou com mobilidade reduzida têm o direito de terem seus direitos garantidos a partir de mudanças feitas nas estruturas arquitetônicas dos lugares que frequentam como a Universidade.

Assim, para que possamos de fato efetivarmos as nossas propostas inclusivas, a educação para ser eficaz tem que sustentar e satisfazer todas as necessidades de acesso dos alunos, sejam eles de inclusão ou não.

2.3 Atendimentos a alunos com incapacidades no Ensino Superior

O processo de acolhimento e inclusão no espaço acadêmico, deve ser necessariamente pensada e planejada, para que todos os alunos com Necessidades Especiais, possam sentirem acolhidos no acesso e no processo de ensino aprendizagem. Nesse ínterim,

A chegada de alunos com necessidades especiais à universidade precisa ser compreendida para além do caráter inclusivo, posto que os antigos ambientes de ensino restritos deixaram de ser os únicos em que o aluno teria acesso ao conhecimento e buscaria “ser alguém” (D’Ávila et al., 2011).

A inclusão na universidade não é apenas preparar o professor em sala de aula para ensinar o aluno, é muito mais amplo, consiste em preparar todo o ambiente universitário. Em proporcionar o acesso em todo o espaço físico, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático. É preciso que o estado assuma uma dívida histórica com a educação da pessoa com deficiência. Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes. (Dias, et al, 2009, p. 32).

E se tratando das adaptações físicas do ambiente, a instituição deve proporcionar ao aluno com deficiência motora o acesso a biblioteca, as salas de estudo, laboratórios, cantina, auditórios, para garantir os direitos igualitários, que segundo Sloboja (2014)

A Lei da Acessibilidade foi criada para garantir direitos igualitários assim como possibilitar que as pessoas com necessidades especiais, mantenham uma qualidade de vida adequada, possibilitando a eles acesso a todos os espaços. A Lei determina regras básicas para que o deficiente tenha condições físicas de conviver e usufruir a vida como qualquer outro indivíduo da sociedade (Sloboja,2014, p. 13).

A autora ainda complementa que:

Pequenas mudanças (principalmente arquitetônicas) podem ser de grande eficácia nesse processo exemplos como: demarcação de degraus, construção de rampas de acesso para deficientes físicos (cadeirantes), portas mais amplas e corredores largos são detalhes que podem passar despercebidos aos olhos das pessoas normais, mas que fazem toda a diferença para quem necessita de cuidados especiais. Dentro das instituições de ensino é possível observar que as adaptações estão sendo realizadas conforme as necessidades e as demandas de alunos 16 inclusos, geralmente, acontecendo a partir das pequenas reformas e da obrigação por motivos de vistorias, seja por órgãos municipal ou estadual. O que incide muitas vezes e que prejudica este processo é que pequenas obras são realizadas sem adequações conforme exige a licença necessária ou muitas vezes se restringem a colocação de rampas, barras e adequações nos sanitários (Sloboja, 2014, p.15).

Nos últimos anos, podemos observar que as universidades têm buscado o atendimento aos alunos com incapacidades, de forma lenta, mas de acordo com dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira no ano de 2010 foram matriculados 19.000 (dezenove mil) alunos com deficiência, já no ano de 2013 foram matriculados 30.000 (trinta mil) alunos. Hoje, na UFMT há 174 (cento e setenta e quatro), sendo que 35 (trinta e cinco) trancaram a matrícula sem informar o motivo.

2.4 A Cultura de Inclusão na Universidade

A inclusão dos alunos com necessidades especiais, tem sido uma das propostas de efetivação em todas as universidades do Brasil, porém por mais que seja um desejo, há muitos desafios existentes que fazem com que esses projetos e a sua implementação se tornem desafiantes.

Ao se definir na nossa sociedade normas e padrões para todos os homens, a exemplo, as formas de acesso à instituição de nível superior, o exame de vestibular, percebe-se nitidamente a padronização do desempenho de candidatos que possuem habilidades e competências diferenciadas. Nesse sentido, é preciso que a universidade trabalhe com igualdade de oportunidades reformulando toda sua forma de ingresso. Só assim ela estaria contribuindo com a superação do discurso sobre a desvantagem e descrédito à pessoa com deficiência (Dias et al, 2009, p.32).

A Universidade Federal de Mato Grosso, objeto de investigação, foi criada em 10 de dezembro de 1970 pela Lei nº 5.647. Contudo, a trajetória histórica que delineou a sua fundação é anterior a essa data, tendo em vista que ela resultou da fusão de duas instituições: a Faculdade de Direito, que existia desde 1934, e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, que surgiu em 1966.

A UFMT é a única universidade federal no Estado e, durante muitos anos, foi também a única instituição de ensino superior. Constitui presença marcante no cenário socioeconômico e cultural de Mato Grosso não apenas pela colocação no mercado de trabalho de dezenas de milhares de profissionais graduados e pós-graduados, como também pelas suas atividades de pesquisa e extensão. É, igualmente, depositária de volume expressivo de informações referentes à sua própria existência e a fatos e momentos cruciais da história regional e nacional.

Figura 01: Fachada da Universidade Federal do Mato Grosso



Implantada num contexto rico e exuberante pela biodiversidade de suas microrregiões geográficas - Pantanal, Amazônia, Araguaia e Cerrado - e entre três bacias hidrográficas extremamente importantes - a do Araguaia-Tocantins, a do Prata e a do Amazonas - a UFMT representa inesgotável campo de pesquisa para a produção do conhecimento.

Desde a sua fundação a UFMT tem procurado refletir a realidade que a cerca, com vistas a respeitar e a atender as especificidades, as expectativas e necessidades da região. Elegeu como eixos de suas políticas acadêmicas a preservação da memória regional, a educação, a saúde pública, a questão do meio ambiente, a ciência e a tecnologia.

Assim, ao buscar fortalecer a pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento, tem em vista a qualidade socioambiental, a ciência e a tecnologia, com atenção ao regional sem perder de vista o universal.

Figura 02: Centros de Pesquisa



Figura 03: Área Externa da Universidade Federal do Mato Grosso

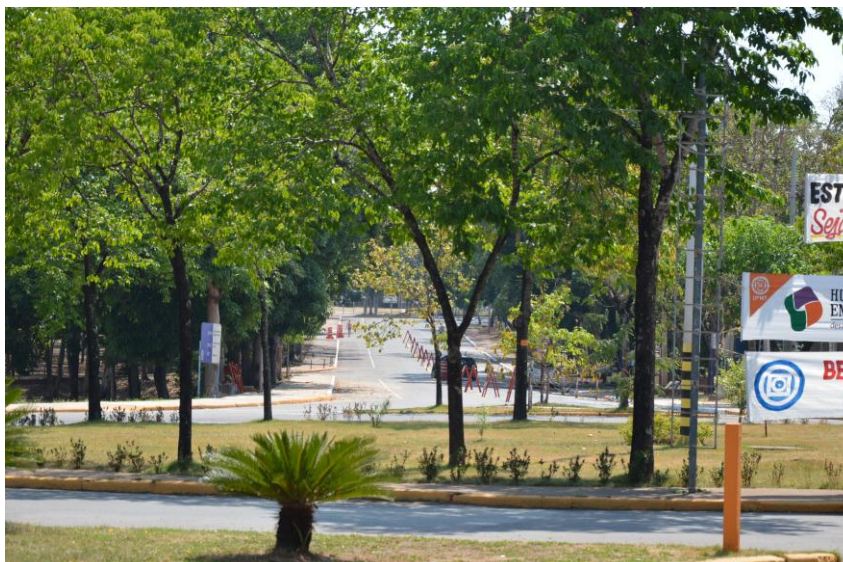


Figura 04: Biblioteca da Universidade Federal do Mato Grosso



A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) conta com sete secretarias em sua estrutura administrativa. Secretaria de Comunicação e Múltiplos Meios (Secomm), Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicada à Educação (STI), Secretaria de Tecnologia Educacional (Setec), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), Secretaria de Relações Internacionais (Secri), Secretaria de Articulação e Relações Institucionais (Sari), Secretaria de Tecnologia Educacional (Setec), Secretaria de Infraestrutura (Sinfra).

Criada através da Lei 5.647, de 10 de dezembro de 1970, seu campus central começou a ser construído no início daquela década e é um dos locais mais visitados da Capital, Cuiabá. A expansão quantitativa e qualitativa da UFMT faz dela a mais abrangente instituição de ensino superior no Estado. Está presente em todas as regiões de Mato Grosso, um território com mais de 900 mil quilômetros quadrados, e tem por objetivo promover o ensino, a pesquisa e a extensão nos diferentes ramos do conhecimento, bem como a divulgação científica, técnica e cultural. Os princípios institucionais são compromisso social, democracia, inclusão, interação, formação e autonomia.

Figura 05: Campus da Universidade Federal do Mato Grosso



Atualmente, a UFMT possui quatro campi - Cuiabá, Rondonópolis (Sul), Sinop (Norte) e Araguaia (Leste), sendo este último composto por duas unidades, uma em Pontal do Araguaia e uma em Barra do Garças. Oferece 90 cursos de graduação e 42 de pós-graduação (mestrado e doutorado), além de mais de 70 de especialização, residência médica e ensino à distância.

A UFMT é composta por 29 institutos e faculdades, já formou aproximadamente 56 mil profissionais e tem, hoje, mais de 34 mil alunos em seus 106 cursos de graduação e nos 61 de pós-graduação (mestrado e doutorado). Na pesquisa registrou 442 projetos em 2016 e é responsável pela maior produção científica de Mato Grosso, integrando redes nacionais e internacionais de investigação.

Para atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFMT conta com 1.904 docentes e 1.576 técnicos administrativos. A Universidade possui uma Gerência de Apoio à Inclusão, esta gerência está ligada a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PRAE, a qual foi criada no ano de 2014. Esta gerência serve como apoio os estudantes PCD's, quilombolas, e indígenas e/ou outros projetos classificados como de ação afirmativa.

Quando o aluno da UFMT vai se matricular, informa o tipo de deficiência. Esta informação é repassada a Gerência de Apoio de Inclusão, esta faz contato com aluno para saber quais são as necessidades (para possíveis adequações por parte da instituição e também para que os professores sejam avisados para que possam se preparar).

Figura 6: Rampa para acessibilidade



Figura 07: Adaptação no Estacionamento



Figura 08: Adaptação na área de esportes



A referida gerência, oferece a “Bolsa Apoio à Inclusão”, a qual visa promover ações acadêmicas que abranjam atividades não contempladas pelos programas de monitoria e tutoria e que se relacionem com a inclusão de estudantes deficientes, indígenas, estudantes oriundos de comunidades tradicionais, estudantes que ingressam por meio de ações afirmativas ou que promovam a equalização para que um grupo de estudantes tenham seus rendimentos acadêmicos potencializados, conforme resolução CONSEPE nº 37 de 24 de maio de 2010.

A universidade oferece poucos cursos de capacitação voltados para a Inclusão para seus servidores, os quais não são obrigatórios.

2.5 A gestão universitária na Perspectiva Inclusiva

A universidade tem um papel relevante para o desenvolvimento intelectual e pessoal do indivíduo. Neste sentido, a gestão das universidades em relação aos PCD's, através de ações que oportunizem o ingresso e que possibilite a permanência do aluno na instituição através de políticas integradas de educação especial e acessibilidade é de suma importância para que cada um pratique seu direito como cidadão uma vez que a educação é essencial para o desenvolvimento.

A UFMT vem se adaptando conforme vem surgindo à demanda, em seus 47 (quarenta e sete anos) de existência ainda não há uma política de acessibilidade. Ela tem buscado fazer coisas diferentes no intuito de alavancar as adequações para acessibilidade.

Neste ano está fazendo a recuperação de toda a calçada do campus de Cuiabá. Através da recuperação das áreas danificadas, construindo nos espaços que ainda não tem e melhorando o acesso delas, através de rebaixamentos. Haverá a implantação da 3ª faixa de pedestres elevada.

Nas entradas públicas na UFMT havia portas tipo “roleta”, o que impedia a passagem de cadeiras de roda, estas foram substituídas por portões de duas abas. Foi feita a recuperação de corrimão das áreas de uso comum.

2.6 O “olhar” da Universidade para a inclusão.

A UFMT com o intuito de despertar reflexões que promovessem intervenções/transformações estruturais culturais e humanas de apoio à inclusão da pessoa com deficiência, a instituição, através da Coordenação de Desenvolvimento Humano, Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria e consonância com os servidores PCD's realizaram o 1º Fórum de Acessibilidade e Inclusão da UFMT, que ocorreu de 11 a 15 de setembro de 2017.

O fórum iniciou um diálogo dentro da comunidade acadêmica através da discussão de acessibilidade e inclusão, tendo como base as Leis nº 13.146 de 2015 e nº 8.112 de 1990 (a qual estabelece em seu artigo 5, §2º que as pessoas portadoras de deficiência tem assegurado o direito de se inscrever em concurso público), o que fomentou propostas de ações continuadas que poderão auxiliar os gestores a traçarem metas de curto, médio e longo prazo através da elaboração de Manual dos PCD's, e criação do “Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMT” para a construção de uma UFMT mais acessível e inclusiva para todos.

PARTE II – PESQUISA EMPÍRICA

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Toda investigação nasce de um problema observado ou vivenciado no dia a dia do pesquisador, “de tal modo que não pode prosseguir a menos que se faça uma seleção da matéria a ser tratada. Essa seleção requer alguma hipótese ou pressuposição que vai orientar e, ao mesmo tempo, delimitar o assunto a ser investigado” (Cervo, 2007,p.29).

Nessa linha, a justificativa da investigação, tem sido postulado por Lakatos e Marconi (2016, p.202), “numa exposição sucinta, porém completa das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa” Ou seja, expõe as razões e relevância de realizar a pesquisa.

Nesse contexto, a presente dissertação intitulada: “*A inclusão de alunos com incapacidades motoras no Ensino Superior no Brasil*”, dialoga com a importância em incluir os alunos com necessidades especiais na educação superior que na atualidade tem sido um campo de investigação desafiador.

É um tema importante porque está centrado em investigar quais são as limitações que a instituição superior vem enfrentando, bem como as conquistas já efetuadas nos últimos anos. Com isso, busca-se compreender, situar e contextualizar quais são as reais demandas existentes no campo estrutural e física da universidade para que possa de fato incluir sem excluir e no campo do conhecimento.

3.1 Metodologia da Investigação

O método de procedimento investigativo, são as etapas concretas da investigação, que tem como objetivo buscar explicar os fenômenos investigados.(Lakatos & Marconi, 2016). Nessa linha, os autores ainda complementam que

Método e métodos situam-se em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam (Lakatos e Marconi, 2016, p.88).

O método científico, por sua vez, é efetivado pela pesquisa, que é definida por Gil (2010, p.17) como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Neste sentido é possível dizer que a pesquisa é requerida quando não possui informações suficientes ou quando as mesmas encontram-se em desordem, não podendo ser relacionada ao problema.

Em consonância com o método temos as técnicas que “são os meios corretos de executar as operações de interesse de tal ciência determinada no quadro das pesquisas próprias dessa ciência” (Cervo, 2007,p.30).

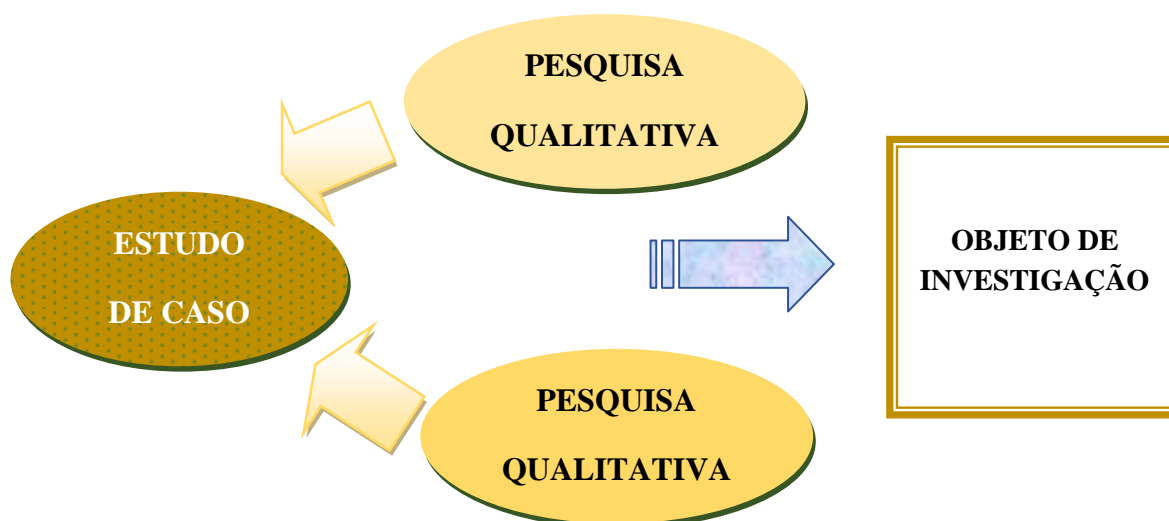
Com isso, evidencia-se um tipo de pesquisa que procura observar, registrar, analisar, classificar, interpretar os fatos e os fenômenos, sem que o investigador intervenha ou manipule os dados.

Esta investigação, diante dos métodos a serem explorados, tem um desenho de método qualitativo, embora para mais fácil compreensão se tenha optado por quantificar alguns aspetos.

No âmbito da abordagem qualitativa, o método da pesquisa documental busca compreender a Legislação e se a mesma é aplicada na Inclusão de alunos com necessidades especiais na Universidade. Para Groux (1997), a leitura dos aspectos comuns e das diferenças relativas a uma problemática fornecem informações mais interessantes que as resultantes de uma leitura dessa mesma problemática dentro, unicamente, do contexto local.

Gil (2010) descreve que pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão deste problema ou, então, hipóteses que conduzem à sua verificação por outros meios.

Figura 9: Pesquisa Qualitativa



Assim, a metodologia escolhida permitiu esmiuçar as características particulares do fenômeno a ser estudado, possibilitando a observação e o entendimento de sua realidade. Essa proposta visa atender os objetivos da nossa pesquisa que é responder a seguinte indagação: “É possível identificarmos a aplicação da Legislação de Inclusão no Ensino Superior em uma Universidade Federal?”

Portanto, é nesse roteiro que vai se desenvolver a metodologia do trabalho por considerar que esse procedimento permite levantar dados importantes e necessários para realização de uma interpretação e análise de qualidade, que possa atender também aos objetivos específicos que permeiam a nossa investigação que busca identificar a legislação e normativas no Brasil, referentes a inclusão social; identificar aspectos mais significativa entre o afastamento da teoria e da prática; identificar se há dificuldades entre a teoria e a prática de inclusão a partir da visão dos docentes.

3.2 Estudo de Caso

Esta pesquisa se trata de um estudo de caso, que segundo Gray (p.200), “a abordagem é particularmente útil quando o pesquisador estiver tentando revelar uma relação entre um fenômeno e o contexto no qual ele ocorre”.

Para Charoux (2007, p.40):

O estudo de caso tem as mesmas características de uma monografia: é a descrição escrita de um assunto da maneira como ele se apresenta (ou ocorre) na realidade, com começo, meio e fim, ou seja, uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. Visa à descoberta de novos aspectos, dimensões ou elementos, ligados a um fato relevante, retratando uma situação real de maneira completa.

É nessa linha que a investigação se enquadra, permitindo que os dados possam atender a realidade como fonte direta e a situação na qual o nosso objeto, no caso a UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso, se encontra.

3.3 Objetivos

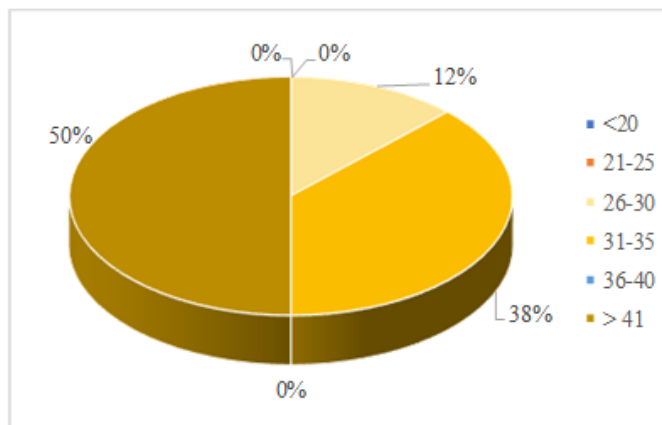
Definiu-se como objetivo geral analisar a aplicação da Legislação de Inclusão na Educação Superior, e como objetivos específicos: Descrever as práticas inclusivas no ensino superior público no Brasil; Identificar a legislação e normativas no Brasil referentes a inclusão social; Identificar aspectos mais significativos entre o afastamento da teoria e da prática de inclusão e as maiores dificuldades a partir da visão dos Inquiridos

3.4 Participantes

Esta investigação contou com a participação da Reitora da Universidade, Pró-reitora de Ensino de Graduação, Pró-Reitor Administrativo, Pró-reitora de Assistência Estudantil, Secretário de Infraestrutura do Campus, Diretor da Faculdade de Direito, Gerente de Capacitação e Qualificação e Gerente de Inclusão, cuja caracterização se apresenta.

No que se refere à idade observaram-se os seguintes resultados

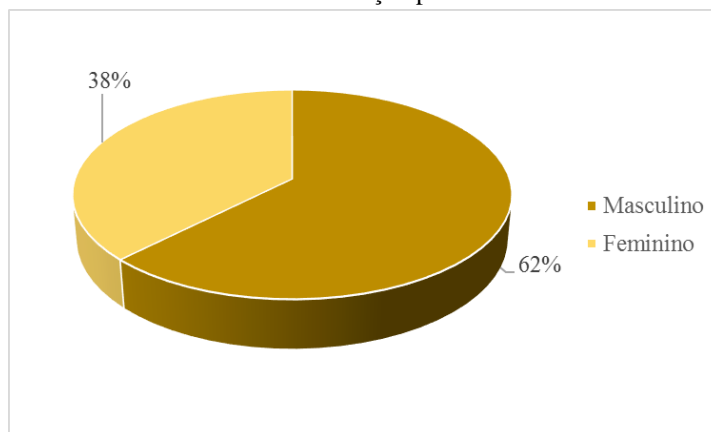
Gráfico 1: Caracterização por Idade



Quanto a idade dos inquiridos, cerca de 12% (1) respondente possui entre 26 a 30 anos, já 38% (3) estão entre 31 a 35 anos, e dos demais, cerca de 4 inquiridos (50%), possuem acima de 41 anos.

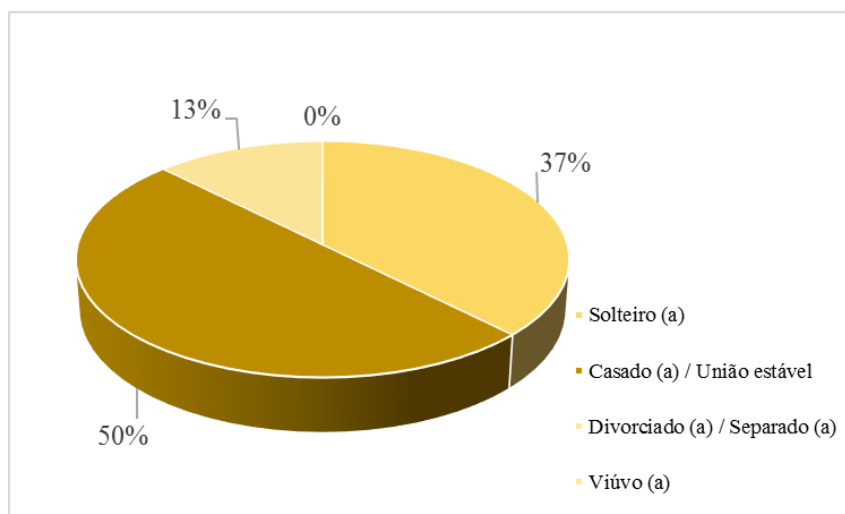
No que se refere ao género dos participantes, observaram-se os seguintes resultados

Gráfico 2: Caracterização por Género



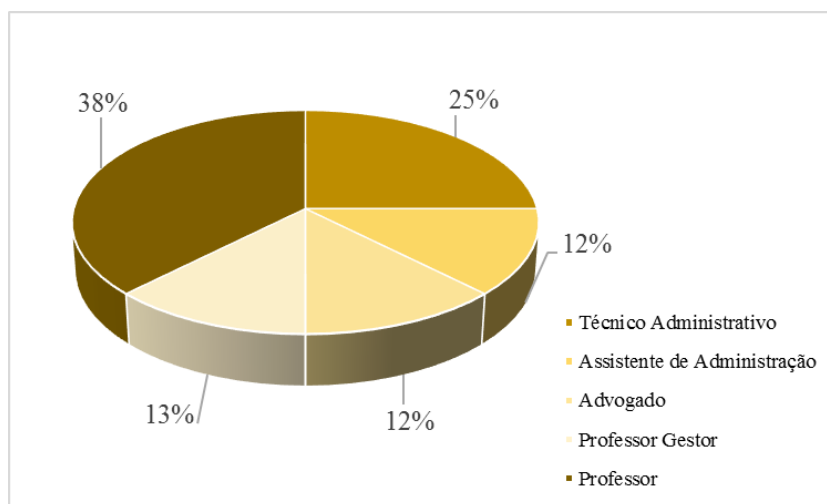
Em relação ao género, 5 (62%) são do género masculino, e 3 (38%) do género feminino. Já em relação ao Estado Civil, observaram-se os seguintes resultados

Gráfico 3: Caracterização por Estado Civil



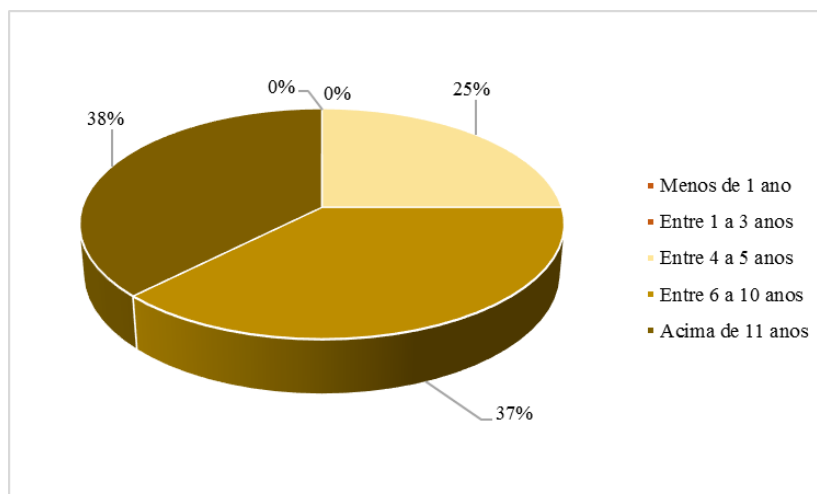
Em relação ao estado civil dos inquiridos, cerca de 3 inquiridos são solteiros (as) (37%), 4 (50%) casados, 1 (13%) Viúvo. E, em relação a caracterização por profissão, podemos verificar no gráfico 4:

Gráfico 4: Caracterização por profissão



No que diz respeito a profissão, é notório identificarmos que cerca de 38% dos inquiridos, (3) são professores, 25% (2) Técnico administrativo, 13% (1) Advogado, 12% (1) Professor Gestor e por último, 12% (1) Assistente de Administração. E, sobre o tempo de profissão dos participantes, observaram-se os seguintes resultados:

Gráfico 5: Caracterização por tempo de profissão



Em relação ao tempo de profissão, os inquiridos cerca de 2 (25%) estão entre 3 a 5 anos, já 37% (3) estão entre 6 a 10 anos e 38% (3) trabalham por mais de 11 anos.

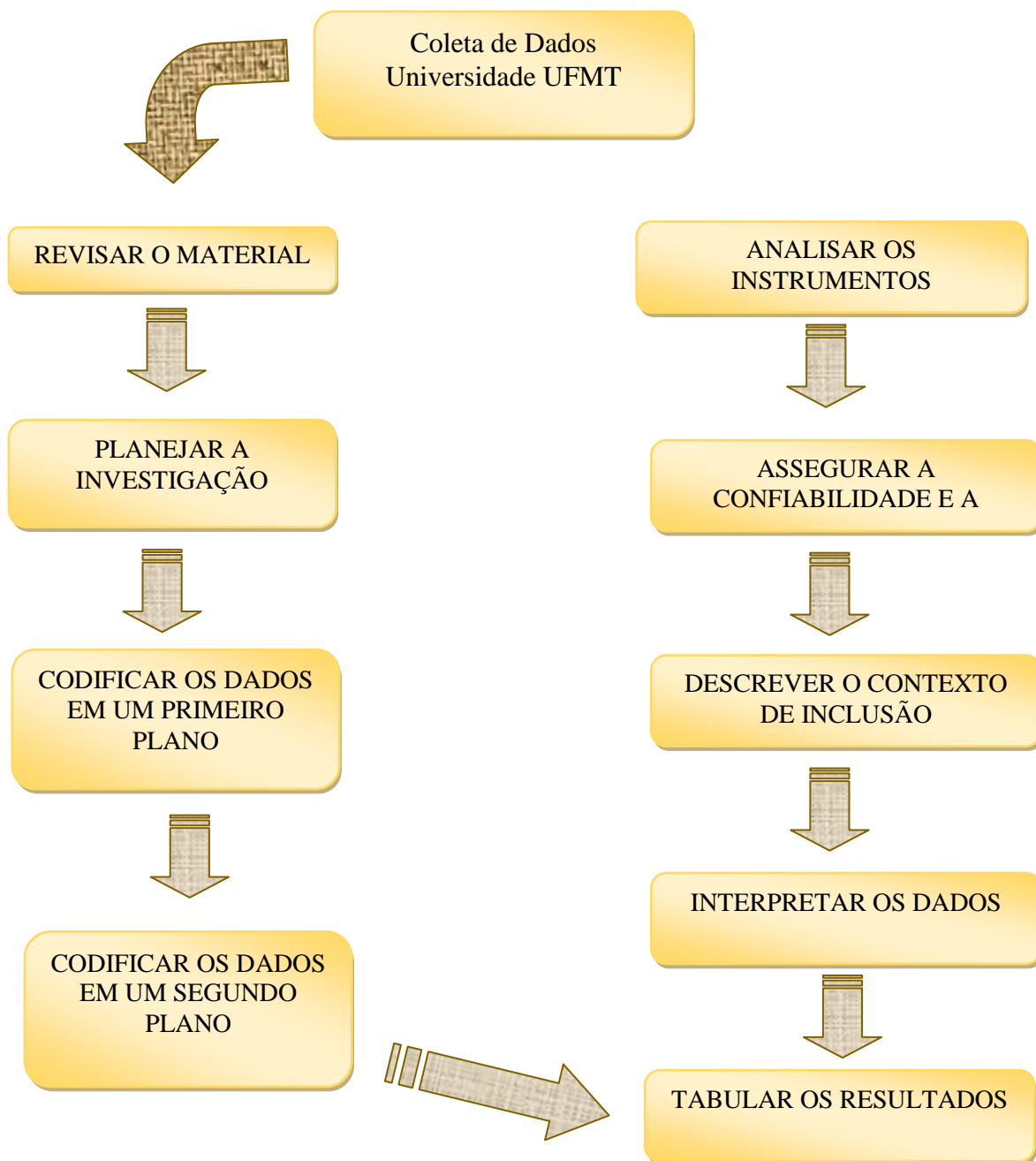
3.5 Os Instrumentos e Procedimentos

O primeiro momento da pesquisa foi constituído pelo estudo da Legislação Brasileira sobre a abordagem referente à Inclusão Social, posteriormente e para o desenvolvimento da investigação foi solicitada à Diretora autorização para a realização do estudo (anexo 1). Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas. Foi também utilizada a análise documental. Este questionário foi construído com base na literatura (Fiorini & Manizini, 2011). Foi depois validado por três professores especialistas na área até que se chegou à versão final (anexo 2) . Este instrumento foi aplicado ao oito participantes, já anteriormente caracterizados.

A todos foi explicado o estudo e distribuída uma declaração de consentimento informado (anexo 3) . Optou-se por colocar em anexo apenas o modelo utilizado para preservar a identidade dos participantes.

A investigação aconteceu em dois tempos, o primeiro foi a construção teoria, através da seleção bibliográfica e documental, após a fundamentação, buscamos elaborar o instrumento de investigação, tal como já referido anteriormente, que foi então aplicado aos responsáveis dos respectivos setores investigados.

Figura 10: Coleta de Dados



Os dados coletados durante a pesquisa foram descritos, confrontados e analisados quanto ao seu conteúdo. Lakatos e Marconi (2016), postulam que antes da análise e interpretação dos dados, o pesquisador deve seguir os seguintes passos:

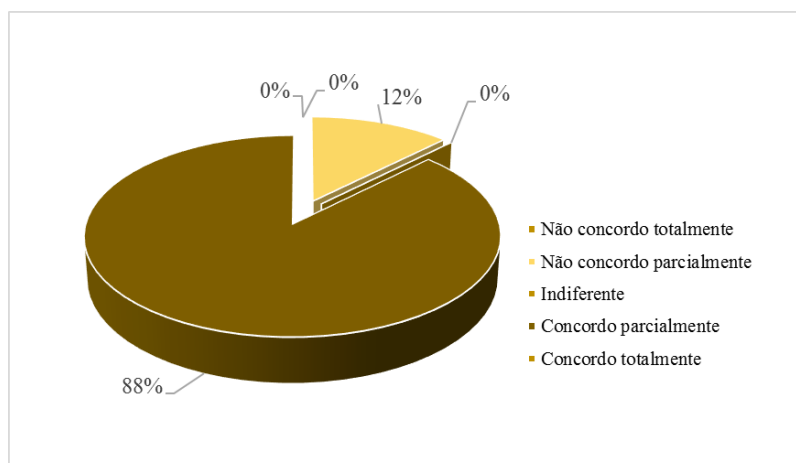
- a) Seleção: é o exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas.
- b) Codificação: é a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados.
- c) Tabulação: é a disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das interrelação entre eles (Lakatos e Marconi, 2016, p.150).

CAPÍTULO IV: ANÁLISE INTEGRADA DE DADOS

Nesse capítulo, iremos descrever os resultados que foram obtidos nesta investigação sobre a inclusão de alunos com incapacidades motoras no Ensino Superior no Brasil, assim como apresentar as práticas de inclusão frente a essa realidade de inclusão social, além de demonstrarmos as legislações e normatizações brasileiras que contemplam essa inclusão na universidade, bem como as dificuldades que permeiam a prática inclusiva.

Quanto ao alcance dos objetivos, a respeito do primeiro objetivo específico: **Descrever as práticas inclusivas no ensino superior público no Brasil**, obtiveram-se os seguintes resultados:

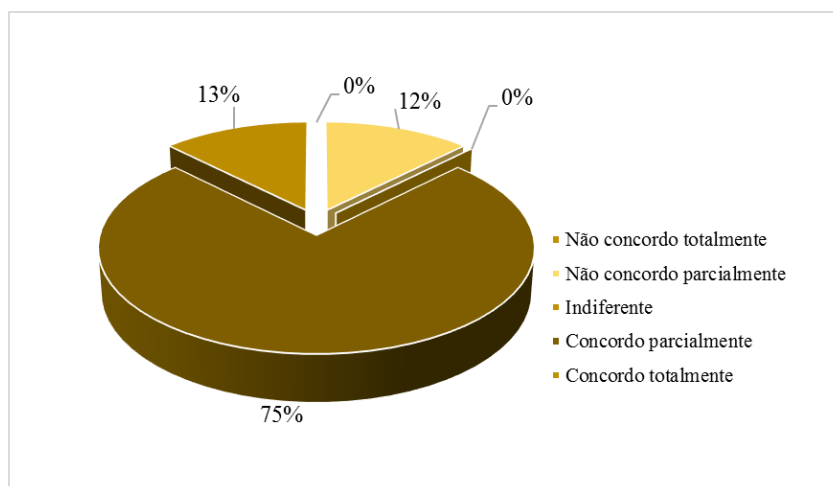
Gráfico 6: Estrutura física da Universidade



A inclusão do aluno com NEE, tem sido um desafio para a universidade. Assim, foi perguntado: *Existem adaptações na estrutura física da Universidade para atender os alunos com necessidades motoras especiais?* Conforme o gráfico 5, verifica-se que 1 inquirido (12%) diz não concordar parcialmente, já 7 inquiridos (88%), concordam parcialmente. O que evidencia a existência de adaptações para atender as necessidades motoras.

Ainda em consonância com esse objetivo, foi perguntado se eles perceberam *algum resultado com a adaptação desses espaços para atender essa demanda?*

Gráfico 7: Resultado com a adaptação desses espaços



Foi percebido que 1 inquirido respondeu que não concorda parcialmente, e 1 respondeu que concorda totalmente, totalizando juntos 25% dos inquiridos. Já 75%, cerca de 6 inquiridos, demonstraram perceber os resultados das adaptações feitas na Universidade, e ainda complementaram:

Tabela 01: As adaptações realizadas pela Universidade

RESPOSTAS OBTIDAS	
H.	<i>Os portões laterais que dão acesso a UFMT foram adaptados para que fosse possível entrar a pessoa que utiliza a cadeira de rodas. Construção e adaptação de rampas e instalação de elevadores.</i>
C	<i>Rampas e elevadores.</i>
B	<i>As ações realizadas proporcionam facilidade para locomoção dos PCDs (rampas, elevadores, guias rebaixadas, etc).</i>
G	<i>Rampas de acesso, elevadores, contratação de equipe que possibilite o suporte necessário para o acesso desses alunos.</i>
D	<i>Adaptações em prédios mais antigos (readequação) com pisos táteis, rampas de acesso, uniformização de calçadas e prédios novos já planejados para este atendimento.</i>
E	<i>Rampas, sinalizações, abertura de portões.</i>

Embora dois participantes não tenham respondido, pode-se observar, analisando a tabela e as falas dos inquiridos, que fica evidente a percepção das adaptações realizadas na Universidade, que contemplam as rampas, os elevadores adaptados, as sinalizações. Nessa linha, o autor Nilsson (2003) nos diz que:

O objetivo da educação para alunos portadores de necessidades educacionais especiais é o de reduzir os obstáculos que impedem o indivíduo de desempenhar atividades e participar plenamente na sociedade (Nilsson, 2003, p.5-45).

Em relação ao segundo objetivo: **Identificar a legislação e normativas no Brasil referentes a inclusão social.**

Tabela 02: Documentos legais

RESPOSTAS OBTIDAS	
H	Constituição Federal de 1988 e na Lei 13.146 de julho de 2015.
B	NBR 9050. Auditorias internas e externas; relatórios de gestão; PDI da UFMT.
G	Regulamentação interna, Resolução 03/2009, Lei n 13.146 de 06/07/2015.
D	Além do decreto 5296/2004 e Lei 12.764 de 2012. Lei 13.409/2016; Decreto 9034/2017; Portaria Normativa nº 09/2017; Resolução CONSEPE nº 98/2012.
E	Resolução CONSEPE 98/2012 sobre a Inclusão.

Três participantes não responderam. Nesta perspectiva de legislação de inclusão, observa-se que foram citadas a NBR 9050 e a Lei 13.146 de 2015, a qual é uma atualização das demais. Elas asseguram em condição de igualdade a inclusão.

A NBR 9050:2004, é uma norma extensa que define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano. Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construções, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (inclusão), indicando especificações que visam proporcionar à maior quantidade possível de pessoas independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade a utilização segura do ambiente ou equipamento.

Os parâmetros estabelecidos na NBR 9050 compreendem a instrumentalização necessária para que qualquer indivíduo possa se adaptar às condições ambientais do espaço edificado, visto que o conforto e a funcionalidade devem acomodar níveis de segurança ajustáveis a diferentes habilidades, abrangendo a minimização de estresse seja ele pelo esforço físico, pelo movimento ou pela percepção sensorial. Porém a norma é um trabalho em evolução e não um produto acabado, razão pela qual se faz necessário avaliar as condições ambientais para verificar o atendimento as necessidades das pessoas com deficiências (República do Brasil, 2015).

Perguntou-se ainda aos participantes o que compete ao governo e à instituição para que a universidade se torne inclusiva . Obtiveram-se os seguintes resultados :

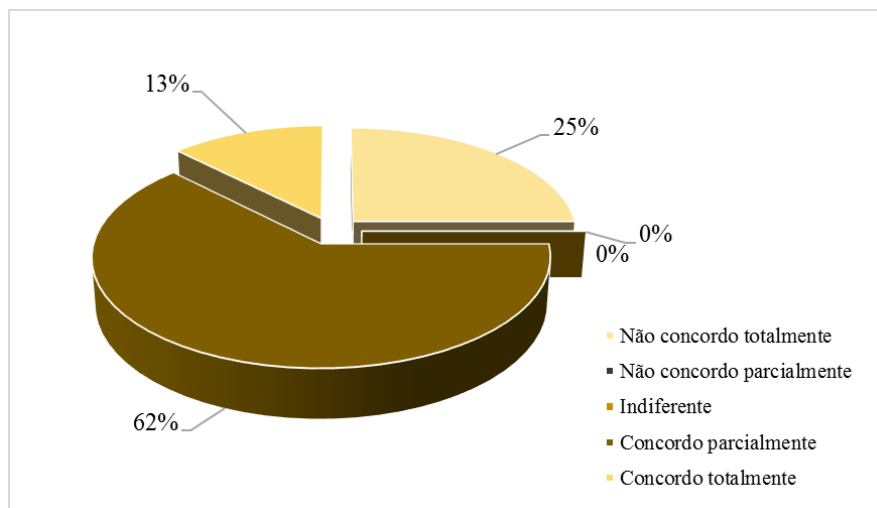
Tabela 03: Para se tornar uma Universidade Inclusiva

RESPOSTAS OBTIDAS	
H	<i>Governo liberar recurso financeiro. IES elaborar planos e implementá-los com o recurso.</i>
C	<i>Governo aumento dos investimentos e IES sensibilização e adequação da infraestrutura.</i>
B	<i>Ao Governo destinar recursos financeiros suficientes. A UFMT discutir, planejar e executar ações.</i>
G	<i>Governo políticas públicas de inclusão e orçamento. Ensino Superior projetos institucionais de apoio e conscientização junto aos servidores sobre a pessoa com deficiência; projeto pedagógico atualizado.</i>
A	<i>A Instituição compete preparar o corpo docente e docente para as adaptações, se houver, e convivência.</i>
D	<i>Compete ao governo liberação de dotação orçamentária para que a universidade possa implantar uma política de inclusão e permanência de forma efetiva.</i>
E	<i>Governo recursos, UFMT investimentos</i>
F	<i>Conscientização do problema e suas nuances.</i>

Ainda dialogando com esse objetivo, ressalta-se a importância da legislação para garantir um dos direitos sociais fundamentais, contribuindo para o exercício da cidadania com a inserção dos alunos com necessidades especiais. Foi percebido nas respostas dos participantes que todos remetem ao governo a responsabilidade financeira para a efetivação e implementação de novas políticas públicas de inclusão. Porém, não basta ao governo apenas emanar leis, faz-se necessária à liberação de orçamento para a implementação das adaptações e melhorias para que a UFMT possa plenamente oportunizar a educação sem qualquer barreira que leve ao constrangimento e impedimento do aluno.

O terceiro objetivo visou **identificar aspectos mais significativos entre o afastamento da teoria e da prática de inclusão e as maiores dificuldades a partir da visão dos Inquiridos**. Nessa linha, perguntou-se aos participantes se a equipe de gestão da Universidade apresenta para os professores todas as incapacidades que alguns alunos possuem. Obtiveram-se os seguintes resultados :

Gráfico 8: Informação sobre as incapacidades dos alunos



Percebemos que cerca de 13% dos inquiridos, que corresponde a 1 pessoa não concorda com esse questionamento, assim, inferimos que a universidade não apresenta de forma clara as deficiências dos alunos. Já para 25% (2) dos respondentes, concordam totalmente, e 62% (5) concordam parcialmente.

Com isso, além da opinião, eles descreveram como isso acontece conforme a tabela 4: Para aprofundar esta temática, perguntou-se ainda, como costuma acontecer essa apresentação.

Tabela 04: Forma de apresentação da informação

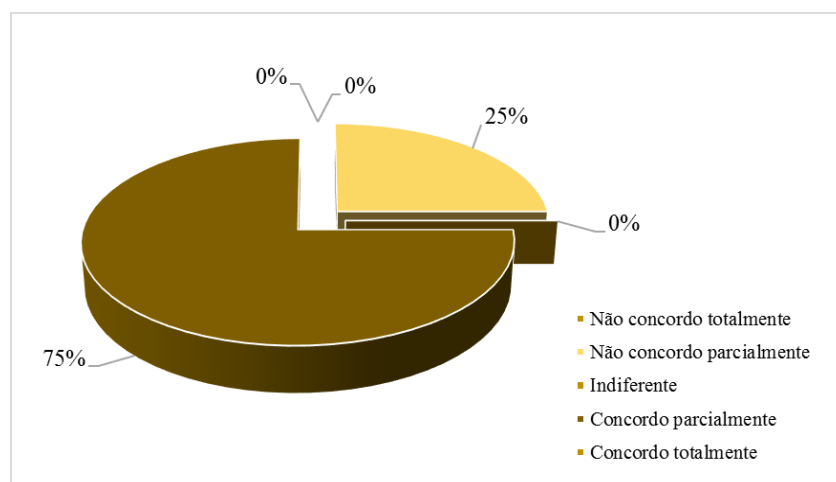
RESPOSTAS OBTIDAS	
<i>H</i>	No início do semestre a gerência de apoio a inclusão envia um processo com a especificidade do aluno PCD a coordenação de curso para que o professor tenha consciência que naquele semestre entrará um aluno que demandará um atendimento diferencial que atenda a especificidade dele.
<i>C</i>	Realizou-se um Fórum sobre o assunto.
<i>B</i>	Acredito que repassem informações específicas e pontuais, mas falta uma organização holística.
<i>G</i>	Quando identificada a pessoa com deficiência e conforme a sua solicitação a instituição junto aos setores responsáveis providenciam o suporte necessário ao aluno, sejam as demandas de intérpretes de libras ou as adaptações físicas do ambiente.
<i>D</i>	Através de nossos programas de capacitação docente, fóruns de discussão (licenciatura,

	bacharelado e coordenadores) e fórum de inclusão (SGP).
<i>E</i>	Em Fóruns.

Dos oito inquiridos dois não responderam. Em relação às restantes respostas salienta-se que durante o início do semestre a gerência providencia um relatório com os dados dos novos alunos de inclusão, para que os coordenadores possam transmitir aos professores toda a informação necessária desse aluno. Além desse relatório, a Universidade tem buscado implementar cursos e fórum com o intuito de garantir aos profissionais da educação, informações e aperfeiçoamento para incluir a todos os alunos com necessidades especiais na Universidade.

Perguntámos ainda se a Universidade se encontra preparada para a inclusão desse aluno. Nesse viés, temos as respostas referente a nossa indagação, no gráfico abaixo:

Gráfico 9: Preparação da Universidade para a receção de alunos com incapacidades



Em relação a esta situação, percebemos que 2 (25%) dos inquiridos não concordam, ou seja, não acreditam que a universidade esteja preparada para atender a todas as deficiências. Para os outros 6 (75%) dos inquiridos acreditam parcialmente neste preparo. Foi perguntado também, a quantidade de alunos de inclusão que existem na Universidade, e como veremos abaixo.

Procurou-se ainda conhecer quantos alunos com estas características existem na universidade, obtiveram-se os seguintes valores:

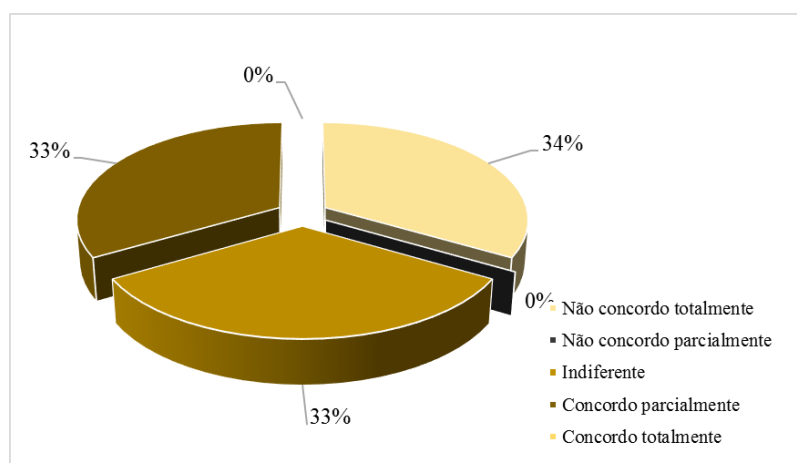
Tabela 05: Alunos de inclusão existentes na Universidade

RESPOSTAS OBTIDAS	
H	Alunos PCDs em todos os campos da UFMT tem 135
C	Não tenho conhecimento sobre a quantidade.
B	Não sei informar.
G	70 alunos aproximadamente.
A	62.
D	Aproximadamente 100 PCD, 100 quilombolas e indígenas.
E	Em torno de 144.

Um inquirido não respondeu. Em relação aos restantes podemos verificar que existiu uma imprecisão em relação aos dados sobre a quantidade de alunos de inclusão. Mesmo porque, todos os inquiridos ou estavam diretamente ligados a setores que administram a inclusão, ou possuíam um cargo algo de chefia. Os dados que mais se aproximaram foram de 135 e 144, o que nos leva a concluir ser essa média de alunos de inclusão.

Considerou-se que a formação dos professores/coordenadores para o atendimento destes alunos, poderia também ser uma dificuldade ou um facilitador para a inclusão, assim procurou-se saber se a universidade proporciona formação continuada para os professores/coordenadores para atenderem os alunos com necessidades especiais pode-se verificar o seguinte:

Gráfico 10: Formação continuada para os professores/coordenadores proporcionada pela universidade



Cerca de 33% dos inquiridos (2) não concordam totalmente, o que podemos verificar a não existência de formação, para 33% (2) se colocou indiferente ao questionamento em tela, e os outros 32% (2) disseram concordar totalmente com a existência de formação dos professores/coordenadores.

Através deste estudo podemos observar que a universidade não oferece formação continuada voltada para o atendimento de alunos especiais. Até a presente data foi disponibilizado o curso de libras para todos os servidores. No tocante à prática docente, o professor terá que desenvolver suas competências pedagógicas para lidar com a necessidade de seu aluno especial. Neste prisma, Freire (1996) nos traz que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Analisando as respostas dos que responderam afirmativamente, verifica-se que:

Tabela 06: Sobre a formação continuada dos professores/coordenadores

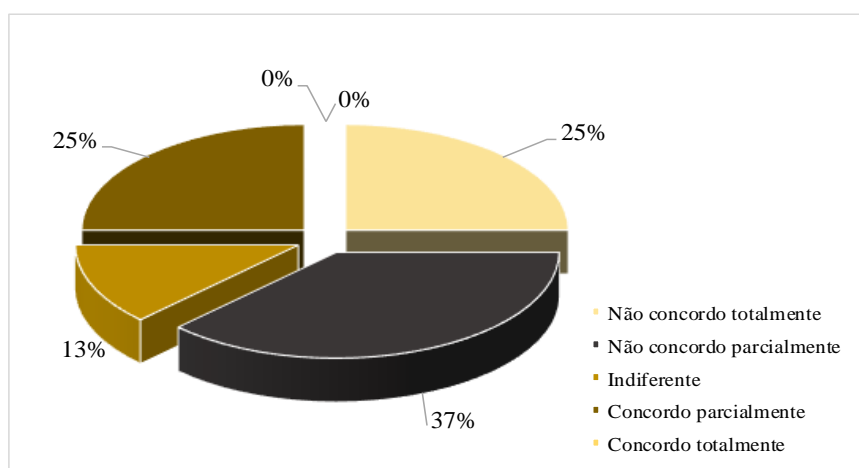
RESPOSTAS OBTIDAS	
H	Atualmente tenho conhecimento do curso de libras que é ofertado pela Coordenação de Direitos Humanos, entretanto não realizei ainda.
B	Não sei informar.
G	Visita técnica em outras instituições de referência. Participação de fóruns de temáticas que abrangem o assunto.
D	Essas medidas estão sendo implementadas gradativamente na universidade, mas já

	houveram iniciativas neste sentido. -Curso de Capacitação Docente: Sinop (10 e 11/08/2017); Rondonópolis (24 e 25/08/2017); Cuiabá, Várzea Grande e Araguaia (09 e 10/10/2017) -Fórum das Licenciaturas e Bacharelados: Sinop (07 a 09/08/2017); Rondonópolis (07 a 10/08/2017); Cuiabá, Várzea Grande e Araguaia (22 a 23/08/2017) -1º Fórum de Acessibilidade e Inclusão (11 a 13/09/2017)
E	Seminários/Fóruns.

Embora três participantes não respondessem pode perceber-se que diante da discussão, apenas um inquirido respondeu de forma precisa a quantidade e os cursos que foram ofertados, e os demais ora se citaram fóruns, o curso de libras ofertado pela Universidade, ora não sabiam o que foi proporcionado.

E, por último, para concretizarmos esta análise, **foi perguntado se há preparo de todos os funcionários para o atendimento ao aluno de inclusão.**

Gráfico 11: Preparação dos profissionais para atender a demanda da Inclusão



Foi evidenciado que 2 (25%) dos respondentes não acreditam nessa formação, outros (25%) não concordam parcialmente, 1 (13%) se manteve indiferente a pergunta, e 2 (37%) concorda parcialmente.

As ações de inclusão ainda são tímidas, há o responsável pelos alunos especiais e outro responsável pelos servidores especiais. Percebe-se que há interesse em novas políticas neste sentido. Isto pode ser afirmado pela realização do 1º Fórum de Acessibilidade e Inclusão com o intuito de criar o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMT.

CAPÍTULO V- PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

A inclusão do século XXI, tem que acontecer de forma plena, ou seja, global, onde a infraestrutura possa ser de fato existente em todas as partes da Universidade e que os conteúdos possam atender a toda diversidade de inclusão existentes no país. Percebeu-se nesta investigação, que a Universidade tem promovido, mesmo em passos curtos, a acessibilidade para atender as demandas dos alunos de NEE. No entanto, depois de reflectir sobre os dados obtidos, optou-se por apresentar uma proposta de intervenção para melhorar os aspetos considerados menos bons e que são:

- Melhorar a acessibilidade no entorno da Universidade;
- Adequar a proposta acadêmica em relação a cada especificidade do aluno NEE.
- Proporcionar encontros com os professores, com o intuito de discutirem sobre os casos de inclusão na sala de aula

Assim propõe-se como balanço possível para os dados obtidos, um projeto de Intervenção, com o objetivo de melhorar a inclusão na Universidade.

Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Adaptar os móveis para os alunos com dificuldades motoras• Analisar o currículo acadêmico e propor adaptação para alunos com deficiência cognitiva.• Propor cursos de formação para professores, coordenadores e demais funcionários da Universidade.
Etapas de implementação	A proposta ocorrerá no 1º e 2º semestres de 2018.
Estratégias	<ul style="list-style-type: none">• Reunião mensal com professores.• Promoção de Curso de Formação Continuada.• Adaptar alguns móveis, buscando convênios e parcerias que visam contribuir com a acessibilidade da Universidade.
Recursos	<ul style="list-style-type: none">• Palestrantes sobre temáticas voltadas para a inclusão.• Propor parceria com Instituições Privadas.

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ninguém é tão grande que não possa
aprender, nem tão pequeno que
não possa ensinar. Esopo

A busca para a existência de uma educação inclusiva tem sido o foco de muitos países pelo mundo inteiro. Contudo, quando se trata de uma inclusão em uma Universidade, esse desafio se torna mais forte, mesmo porque a maioria dos professores que lecionam, sejam especialistas, mestres e ou doutores, não possuem formação didática e matérias específicas de inclusão, como professores da educação básica.

Esta pesquisa teve pergunta de partida “*É possível identificarmos a aplicação da Legislação de Inclusão no Ensino Superior em uma Universidade Federal?*”, para investigar a esse questionamento, primeiramente uma pesquisa bibliográfica que, por sua vez, demonstrou diversos conceitos sobre incluir sem excluir, e como incluir em uma universidade.

Quanto a nossa legislação, essa se mantém atual e no campo acadêmico, ela é reconhecida por todos os envolvidos no processo de adaptação e reestruturação do currículo inclusivo. Porém, entre o conhecimento e a aplicação de fato, essa se demonstra ainda lenta, mesmo porque para a concretização de toda a lei é necessário além de verbas a implementação das políticas públicas que são norteadas no documento. Mas vale ressaltar que a disponibilidade e interesse para concretizar todas as demandas que envolve a inclusão, tem que partir da instituição de ensino superior.

Da observação dos resultados obtidos, da interpretação direta dos gráficos e tabelas de cada questão e da análise de conteúdo, concluiu-se em relação ao primeiro objetivo, **Descrever as práticas inclusivas no ensino superior público no Brasil**. **Verifica-se** que a inclusão dos alunos com necessidades especiais, principalmente aqueles com limitações motoras, tem sido um desafio na Universidade. Como verificado nas análises dos resultados, embora a maioria dos inquiridos acreditam que a Universidade tem seus espaços adaptados para a inclusão, percebe-se que ainda há necessidade de adaptarem outros espaços, concluindo assim, a totalidade do espaço

adaptado. Contudo, foi possível perceber que as adaptações existentes, tem proporcionado a facilidade de locomoção dos alunos cadeirantes, viabilizando assim, seu acesso aos principais prédios e salas de estudo.

Em relação ao segundo objetivo, **identificar a legislação e normativas no Brasil referentes a inclusão social**, percebe-se que os documentos legais que postulam sobre a inclusão nos espaços acadêmicos são conhecidos por todos os envolvidos na investigação, o que possibilita a implementação e a garantia dos direitos fundamentais dos alunos com necessidades especiais.

Já o terceiro objetivo, **identificar aspectos mais significativos entre o afastamento da teoria e da prática de inclusão e as maiores dificuldades a partir da visão dos Inquiridos**. No que concerne as dificuldades encontradas pelos inquiridos em incluir, salientou-se a necessidade de elaborar um relatório que venha esclarecer melhor o tipo de necessidade que cada indivíduo necessita para se sentirem incluído.

Para o último objetivo, **identificar se há preparo de todos os funcionários para o atendimento ao aluno de inclusão**. Percebe-se que a Universidade encontra-se preparada, mesmo diante das limitações financeiras, para receber e incluir os alunos com necessidades especiais, principalmente os que têm dificuldades motora. Mas cabe salientar que sempre haverá necessidade de formação continua, mesmo porque todos se encontram em processo de formação no que diz respeito a todas as inclusões existentes.

Acredita-se que a investigação trará contribuições preciosas aos profissionais da educação superior que constantemente tem enfrentados obstáculos referentes a inclusão. Muitos desejam conhecer mais para oferecer o melhor e para isso, a nossa investigação trará uma oportunidade de constituírem o aprendizado.

Para além da comunidade acadêmica, devemos lembrar dos alunos de NEE, que de alguma forma terão a maior contribuição com a implementação de fato das políticas públicas de inclusão.

O principal limite desta pesquisa é referente a aplicação dos questionários aplicados, uma vez que muitos participantes tiveram receio de responder as questões por medo de comprometerem os cargos que possuíam.

Ressaltamos a necessidade de posteriores reflexões e aprofundamento acadêmico por parte dos sujeitos envolvidos diretamente com os alunos de inclusão da universidade com o objetivo de aperfeiçoar e de contribuir com a formação de qualidade desses sujeitos. Ademais, ressalta-se também a necessidade de políticas públicas por parte da gestão universitária e dos órgãos federais de ensino, na promoção da inclusão na universidade.

Assim, propõem-se uma investigação mais aprofundada, que envolva um número maior de Universidade Federais no Brasil, para que possam contrapor a realidade da inclusão dos alunos com necessidades especiais nas universidades.

Em suma, diante das dificuldades encontradas ao longo da investigação, o que fica é o sentimento de um país melhor que mesmo a passos lentos tem buscado fazer diferente no que diz respeito a inclusão.

REFERÊNCIAS

- Alcoba, S.A.C. (2008). A Inclusão De Alunos Com Deficiência Na Universidade: O Desafio Pedagógico. Susie DE Araújo Campos Alcoba . *Revista Pucminas*, Belo Horizonte. Disponível EM: <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/vseminario/anais_v_seminario/educacao/comu/a%20inclusao%20de%20alunos%20com%20deficiencia%20na%20universidade%20-%20o%20desafio%20pedagogico.PDF>.[Acessado em: 18/07/2017].
- Alves, D.O.(2006). *Salas de Recursos Multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério da Educação.
- Arantes, V.A. (2006).(Org.) *Inclusão escolar:pontos e contapontos*. São Paulo: Summus.
- Abnt (2004). NBR 9.050 de 2004. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Disponível em:<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf> [Acessado em agosto de 2017].
- Bravo, R. S.(1991). *Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios*. 7ed. Ver. Madrid: Paraninfo.
- Bertoni, C. (2017). *Inclusão Social*. Disponível em:<<http://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/>> [Acessado em agosto de 2017].
- Cervo, A.(2007). *Metodologias científicas*. 6 ed. São Paulo: Pearson Hall.
- Charoux, O. (2006). *Metodologia: processo de produção, registro*. São Paulo: DVS editora.
- Dias, M.A. L. et.al (2009). Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessárias a sua implementação. *Revista de Psicologia*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n3/1678-5177-pusp-26-03-00453.pdf>>. [Acessado em: 10/10/2017].
- Dischinger, M. & Machado, R. (2007). Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. *Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação espacial*. Ano 2, nº2, agosto. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2013. p 33-39.

- D'Ávila, Geruza T. et al (2011). Acesso ao ensino superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 23, n. 3.
- Ferreira, M. E. C. & Guimarães M.(2008). Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A.
- Fiorini, M.L.S & Manzini, E.J.(2011). Etapas Para Elaboração De Um Questionário Para Aferir Concepções Sobre Inclusão De Alunos Com Deficiência Em Aulas De Educação Física. VII Encontro Da Associação Brasileira De Pesquisadores Em Educação Especial. Londrina de 08 a 10 novembro de 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/NOVAS_TECNOLOGIAS/259-2011.pdf>. [Acesso em: 10/10/2017].
- Flick, U. (2013). Introdução à metodologia de pesquisa:um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gray, D.E.(2012). *Pesquisa no Mundo Real*. 2 ed. Porto Alegre: Penso.
- Groux, D.(1997). L'Éducation comparée: approches actuelles ET perspectives de développement. *Revue Française de Pédagogie*, n. 121, oct./déc.
- Jucá, A.C.D.C. (2015). Das principais alterações trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Revista eletrônica Jusbrasil*. Disponível em: <<https://andelcastillo.jusbrasil.com.br/artigos/266993334/das-principais-alteracoes-trazidas-pelo-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia>>.Acessado em: 24/09/2017.
- Jung, J.M. (2017). Inclusão: eis a questão! Uma abordagem sobre currículo e diversidade. Disponível em <www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1195/1010> [Acessado em agosto de 2017].
- Lakatos, E.M.; Marconi, M.A.(2016). *Fundamentos de Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Mantoan, M.T.E.(2006). *Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha*. In: Arantes, V.A. A inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo.
- Ministério da Educação (1996). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> [Acessado em agosto de 2017].
- Ministério da Educação (1997). *Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

- Nilsson, I. A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. *Temas sobre Desenvolvimento*, v. 12, n. 68, 2003, p. 5-45.
- Oliveira, M.M. de. (2010). *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Elsevier .
- Pacheco, J. et. Al (2007). *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre. Artmed.
- Presidência da República. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial. Brasília. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. [Acessado em 29 de outubro de 2016].
- Presidência da República. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: SEESP.
- Presidência da República (1999). *Decreto Legislativo nº 3.298 de 1999*. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> [Acessado em agosto de 2017].
- Presidência da República (2000). Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> [Acessado em agosto de 2017].
- Presidência da República. (2003). Portaria 3.284 de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>> [Acessado em agosto de 2017].
- Presidência da República (2004).Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> [Acessado em agosto de 2017].

- Presidência da República (2008). Decreto Legislativo n° 186 de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm> [Acessado em agosto de 2017].
- Presidência da República (2009). Decreto Legislativo n° 6.949 de 25 de agosto de 2009 (ONU). Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> [Acessado em agosto de 2017].
- Presidência da República (2015). *Lei n. 13.146 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. [Acessado em 29 de outubro de 2016].
- Sloboja, R. (2014). *A Acessibilidade E A Inclusão Social De Deficientes Físicos (Cadeirantes) Nas Escolas Público-Estaduais De Goioerê: Superando As Barreiras Na Educação*. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná Diretoria De Pesquisa E Pós-Graduação Especialização Em Ensino De Ciências. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4186/1/MD_ENSCIE_IV_2014_86.pdf. [Acessado em: 24/09/2017].
- Sánchez, P. A. (2005). A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Out. p. 7- 18. Disponível em: . Acesso em: 18 maio. 2013.
- Schirmer, C. R. et al. (2007). *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. São Paulo: MEC/SEESP.
- Unesco. (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais*. Conferência nacional sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de junho de 1994. UNESCO.
- Vitta, F. C. F. et al. (2010). Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. *Rev. bras. educ. espec.* [online].
- Will Ludwig, A.C.(2015). *Fundamentos e prática de Metodologia Científica*. Petrópolis: Vozes.

ANEXOS

ANEXO 01 – SOLICITAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO

Exa-ma/Dr. Reitora

Dra. Myrian Thereza de Moura Serra



Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Assunto: Solicitação de autorização para a investigação na Universidade

O meu nome é Celise Toledo Jesuita Zaffari, Graduada em Turismo e Direito, encontro-me a frequentar o 2.º ano de Mestrado em Educação na Universidade Fernando Pessoa na cidade do Porto/Portugal. O segundo ano do mestrado é constituído pela dissertação, sendo que irei desenvolver o seguinte tema “A INCLUSÃO DE ALUNOS COM INCAPACIDADES MOTORAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: Um estudo de caso na Universidade Federal do Mato Grosso” o qual está sob a orientação da Professora Doutora Fátima Coelho, da Universidade Fernando Pessoa.

Venho, por este meio, solicitar a autorização de V^a Ex.^a para começar o processo investigativo que tem como objetivo analisar a aplicação da Legislação de Inclusão na Educação Superior com a prática na Universidade Federal de Mato Grosso.

Ao mesmo tempo informo que guardaremos o sigilo referente a todos os envolvidos na amostra, bem como o respeito à ética que permeia.

Agradeço desde já a melhor atenção que possa dar a este assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entendam necessários deixando, assim, o meu contacto de e-mail: celise_toledo@hotmail.com

Os meus melhores respeitosos cumprimentos,

Celise Toledo Jesuita Zaffari.

ANEXO 02 - QUESTIONÁRIO



MESTRADO EM EDUCAÇÃO – UFP

Este questionário tem como finalidade obter informações sobre a aplicação da Legislação na Inclusão de alunos com Deficiência na Universidade. O mesmo será utilizado exclusivamente para fins acadêmicos e como parte de Pesquisa em um Mestrado em Docência e Gestão na Educação da Universidade Fernando Pessoa. O anonimato e a confidencialidade das informações prestadas estão garantidos. O preenchimento é feito assinalando a alternativa escolhida e explicando-a sempre que for necessário.

1ª Parte – Dados sociodemográficos dos Profissionais da Educação

Iniciais: _____

Questão 01) Idade

- ≤ 20
- 21 – 25
- 26 – 30
- 31 – 35
- 36 – 40
- ≥ 41

Questão 02) Gênero

- Masculino
- Feminino

Questão 03) Qual é o seu Estado Civil?

- Solteiro (a)
- Casado (a)/ União estável
- Divorciado (a)/ Separado (a)
- Viúvo (a)
- Outro: _____

Questão 04) Qual é a sua profissão? _____

Questão 05) Tempo de atividades na Educação?

- Menos de 1 ano
- Entre 1 a 3 anos.
- Entre 3 a 5 anos.
- Entre 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

2ª Parte – CONTEXTO DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE

Questão 06) A universidade está preparada para receber um aluno com deficiência?

1	Não concordo totalmente	
2	Não concordo parcialmente	
3	Indiferente	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	

Questão 07) Quantos alunos de inclusão existem na Universidade?

Questão 08) Para se tornar uma Universidade Inclusiva, o que compete ao Governo e o que compete a Instituição de Ensino Superior?

Questão 09) A equipe de gestão da Universidade apresenta para os professores todas as deficiências que alguns alunos possuem?

1	Não concordo totalmente	
2	Não concordo parcialmente	
3	Indiferente	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	

Se respondeu afirmativamente, por favor continue na questão 8.1.

9.1. Como isso acontece? (*Descreva*)

Questão 10) A Universidade proporciona formação continuada para os professores/coordenadores para atenderem os alunos com necessidades especiais?

1	Não concordo totalmente	
2	Não concordo parcialmente	
3	Indiferente	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	

Se respondeu afirmativamente, por favor continue na questão 9.1.

10.1 Quais são os cursos propostos que você já fez?

Questão 11) Existem adaptações na estrutura física da Universidade para atender os alunos com necessidades motoras especiais?

1	Não concordo totalmente	
2	Não concordo parcialmente	
3	Indiferente	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	

Questão 12) Você percebeu algum resultado com a adaptação desses espaços para atender essa demanda?

1	Não concordo totalmente	
2	Não concordo parcialmente	
3	Indiferente	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	

Se respondeu afirmativamente, por favor continue na questão 12.1.

12.1 Quais foram eles?

Questão 13) Há preparo de todos os profissionais para atender a demanda da Inclusão na Universidade?

1	Não concordo totalmente	
2	Não concordo parcialmente	
3	Indiferente	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	

Se respondeu afirmativamente, por favor continue na questão 13.1.

13.1 Como isso acontece?

Questão 14) Quais são os documentos legais que respaldam sua pratica?

OBRIGADA PELA SUA CONTRIBUIÇÃO!

ANEXO 03 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da investigação sobre “**A inclusão de alunos com incapacidades motoras no Ensino Superior no Brasil: Um estudo de caso na UFMT**”, de responsabilidade da pesquisadora Celise Toledo Jesuita Zaffari. O participante foi informado (a) de forma clara e detalhada sobre os objetivos e a justificativa da pesquisa que busca analisar a aplicação da Legislação de Inclusão na Educação Superior com a prática na Universidade Federal de Mato Grosso. A sua participação na pesquisa ocorrerá em encontros semanais, com duração aproximada de 50 min no mês de agosto de 2017.

Ele tem conhecimento de que responderá a um questionário com perguntas pré-estabelecidas que se referem a inclusão de deficiente físico. O participante receberá resposta a qualquer dúvida sobre essa investigação, além de outros assuntos relacionados à pesquisa. Também foi lhe informado que a avaliação ocorrerá com a monitorização constante do pesquisador, sendo o procedimento interrompido ante qualquer intercorrência adversa. Não haverá nenhum desconforto psicológico ou risco na sua participação na pesquisa.

O participante compreendeu que os benefícios que serão proporcionados à sociedade são de uma importância imensurável a política de Inclusão de deficientes motores na Universidade, e o mesmo terá a garantia de receber todos os esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos dados em qualquer etapa do estudo. Também não haverá nenhuma despesa, ficando as custas por conta do pesquisador.

Concorda com a divulgação dos dados obtidos durante a pesquisa, bem como entende que não será identificado e que se manterá o caráter sigiloso das informações. Também sabe que os dados obtidos serão arquivados e, futuramente, a pesquisa, se possível, publicada para fornecer aos profissionais os dados mensurados. Sabe que terá total liberdade para retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem que isso traga prejuízos ou implicações.

Caso tenha dúvidas sobre o comportamento do pesquisador ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considerar prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, pode entrar em contato com a pesquisadora Celise Toledo Jesuita Zaffari – Contato ()).

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

Cidade, _____ de _____ de _____.

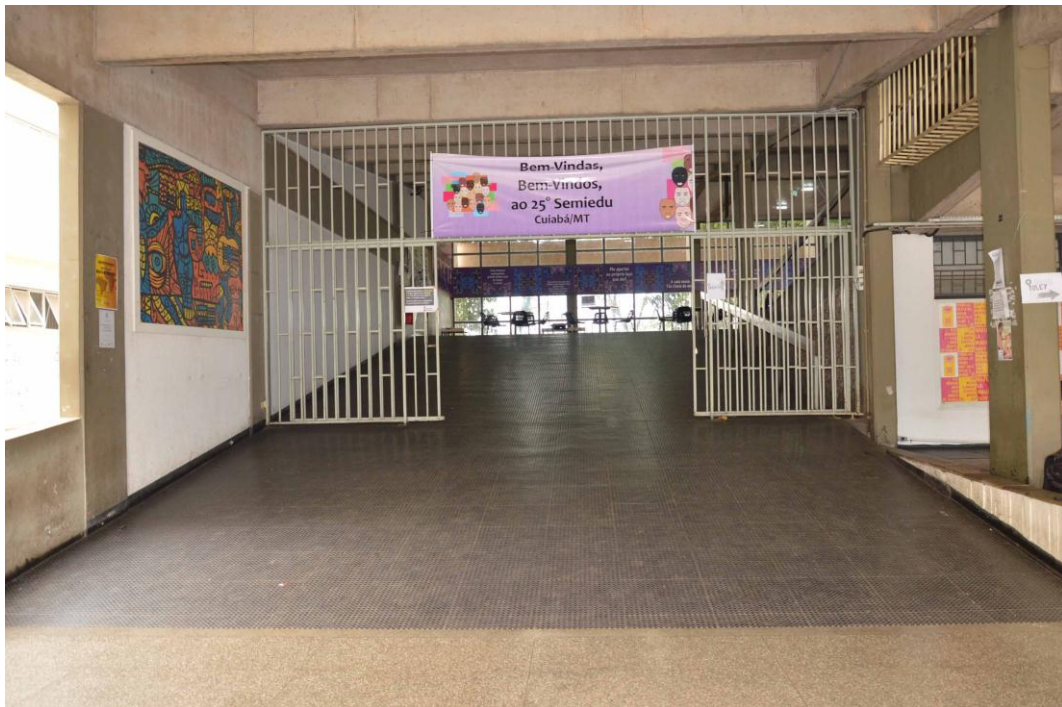
Nome legível do participante

Assinatura do(a) participante

Nome legível do pesquisador (a)

Assinatura do pesquisador(a)

ANEXO 03 – FOTOGRAFIAS DA UNIVERSIDADE



A INCLUSÃO DE ALUNOS COM INCAPACIDADES MOTORAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: Um estudo de caso na Universidade Federal do Mato Grosso.



